



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 371 - DE 22 DE MARÇO A 05 DE ABRIL DE 2009 - R\$ 3,00



- **Estados Unidos mergulham na crise**
- **Europa se desintegra**
- **Japão é empurrado a um beco**
- **China, Rússia, Índia e Brasil são arrastados ao precipício da crise mundial**
- **Cresce o protecionismo das potências**
- **Recrudescer a rivalidade entre países semicoloniais**
- **Capitalistas recorrem às demissões em grande escala**
- **As massas começam a se dar conta do agigantamento do desemprego**
- **Está na ordem do dia a defesa do programa proletário para a crise**
- **Combater a barbárie com a estratégia da revolução e ditadura proletárias**

Emprego não se negocia, se defende com luta!

Escala móvel das horas de trabalho, para que todos tenham emprego!

Estatização sem indenização das empresas quebradas, controle operário!

Abertura de todos os livros caixa! Salário Mínimo Vital! Escala móvel de salários!

Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica

Recessão ganha terreno, capitalismo se desintegra

O Banco Mundial prevê para 2009 uma queda de 17% no comércio internacional. Na melhor das hipóteses, será de 10%. Frente a novos números, a Organização Mundial do Comércio (OMC) considera necessário rever sua estimativa de redução das exportações em 3%.

As baixas, em janeiro, nas exportações da China (29%), Coréia do Sul (33%), Taiwan (43%), Cingapura (35%), Japão (46%), Filipinas (41%), México (31,5%) indicam que a recessão ganha terreno. Esse quadro se repete nas grandes economias, Alemanha, Inglaterra, Itália etc. Países exportadores de matérias primas (commodities) sofrem duplamente, têm redução no volume das exportações e no valor das mercadorias. São os casos do Brasil, Chile, Venezuela, Argentina etc.

A turbulência na economia mundial tirou a possibilidade de previsões mais ou menos seguras, realizadas por instituições internacionais, bancos e instituições governamentais. A surpresa ficou com o "Escritório de Análise Econômica da Holanda", reconhecido por sua base de dados e critério de avaliação, necessários para os capitalistas movimentarem seus negócios no mundo todo. Wim Suyker, economista do Escritório, reconhece: "A queda será enorme e bem maior do que tínhamos previsto. Havíamos feito uma previsão. Mas, diante dos últimos números, nossa indicação é de que o volume do comércio cairá em 10% e, em valores, mais de 27%" (*O Estado de SP*, 15/03)

Já se alardeia um colapso global do comércio. Caso as previsões se confirmem, a crise chegará aos patamares de 1929. Governos e instituições evitam transparecer que a recessão em curso caminha para a depressão econômica. Mas esse é o problema central, uma vez que o marco inicial da débâcle de setembro do ano passado foi ultrapassado, configurou-se a quebra sistêmica da instituição financeira, emergiu o grande excedente de produção frente a um mercado estreitado e as demissões em massa se manifestaram por todos os lados.

A "esperança" burguesa – na verdade uma fraude propagandística – era a

de que os chamados emergentes garantissem suas taxas de crescimento, de forma a amortecer a recessão nos países industrializados. Os BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – logo foram arrastados pelo turbilhão da quebra financeira, derrocada das Bolsas, redução do comércio e queda abrupta do preço das commodities.

A economia mundial vinha de "vento em popa", movida principalmente pelos EUA e pelos BRIC, tendo à frente o desempenho de 11% da China. Mas a falência hipotecária do setor imobiliário e o insustentável endividamento da população por meio do cartão de crédito mostraram que o dinamismo da maior economia do planeta se baseava em artifícios financeiros, impulsionados pela política monetária e fiscal do governo Bush.

Pressionada pelas tendências à estagnação do capitalismo, a burguesia européia embarcou no bonde dos EUA. A ruptura desse processo na América do Norte imediatamente se manifestou nas potências da Europa e se espalhou pelo continente. A Rússia restauracionista baixou a crista ao rés-do-chão e o Leste Europeu, também restauracionista, mostrou ser um balcão de negócios dos financistas das potências, que especularam à vontade e deixaram para trás países arruinados. A retomada do capitalismo foi financiada com abundantes empréstimos.

Os países da Europa Central e Oriental estão sendo duramente castigados com a redução das atividades econômicas, com o alto endividamento nacional e com a desvalorização das moedas. "A média de crescimento entre os países da região recuou para 3,2% no ano passado, de 5,4% em 2007. Neste ano a previsão é de contração de 0,4% - mas deve ser ainda pior que isso". (Folha de SP, 25/02). A desvalorização cambial frente ao Euro hipotecou de vez a Hungria, Polônia, República Checa e Romênia. O problema a ser resolvido é como os banqueiros, fundos de pensões e seguradoras da Europa Ocidental receberão seus haveres.

A quebra de países inteiros é uma

das conseqüências da desintegração mundial do capitalismo. Aqueles que interromperam sua transformação socialista para se reintegrar ao capitalismo como sócios menores das potências pagarão com retrocessos econômicos e com a moeda do desemprego em massa, da pobreza e miséria de sua população.

Na Ásia, a Índia ignorou por alguns minutos os avisos de que se aproximava o terremoto. Teve de, às pressas, reconhecer que sua Bolsa e sua exportação de commodities tinham sido atingidas. Sobreveio a desaceleração. A China deu a entender que, com sua trilhonária reserva cambial, estava preparada para o maremoto. Mas não tardou a expor seu lugar de economia atrasada, montadora e exportadora.

Os reflexos da desaceleração da economia chinesa são muito amplos. Ocorre que, para se movimentar internamente, a China teve de se tornar grande importadora de commodities e, particularmente, de componentes provenientes de países asiáticos. Com o recuo nas vendas de produtos montados, a China breiou suas importações do Japão, Indonésia, Taiwan etc, o que explica a pesada queda nas exportações do Sudeste e Leste Asiático. Tornou-se inevitável a brusca descida da produção industrial e do conjunto econômico que compõe o Produto Interno Bruto (PIB) dos países. Cingapura assistiu sua taxa de crescimento, de 7,8% em 2007, cair no ano seguinte para 1,1%, e se estima uma retração de 5% para 2009. Essa tendência se verifica em todo Sudeste e Leste Asiático.

O Japão, que vinha padecendo de longa estagnação e que teve pequeno reanimamento nos últimos anos, apresenta sintomas de depressão. O cálculo anual estima que a segunda maior potência industrial terá uma queda de 12% no seu Produto Interno Bruto. (OESP, 17/03)

Os EUA, no último trimestre de 2008, sentiram a mão pesada da recessão – o PIB caiu 6,2% e assinalou o caminho da depressão. O desemprego saltou para 8,1% da força de trabalho. No curto espaço de tempo da crise, 4,4 milhões

de postos de trabalho foram fechados, sendo 2,6 milhões apenas entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009. Oficialmente, são 12,5 milhões de desempregados. Assim, o desemprego crescente se aproxima da taxa de 9,7%, verificada em 1982.

O PIB da União Européia e da Zona do Euro foi negativo em 1,5%, no último trimestre de 2008 (Alemanha, -2,1%; Portugal, -2%, Eslováquia, -2,1% etc) Projeta-se uma queda, por cálculo anualizado, de 5,7%. A previsão do Banco Mundial é de que “a produção industrial, na metade de 2009, deverá ser 15% menor que a de igual período de 2008”. O que poderá configurar uma primeira redução do PIB mundial depois de 1945. (OESP, 13/03)

A intervenção estatal nas potências e ações coordenadas na Zona do Euro amorteceram o arranque da crise e retardam seu desenvolvimento. Trilhões de dólares foram destinados a evitar a quebra do sistema financeiro, a incentivar o comércio e a proteger monopólios industriais em vias de quebra ou em grandes dificuldades. Estima-se que somente os EUA já movimentaram US\$ 9 trilhões em função da crise. As potências de conjunto seguiram os EUA na política monetária, rebaixando a taxa de juros. O Banco Central Europeu derubou-a de 2% ao ano a 1,5%; antes da crise, chegava a 3,5%. O Banco da Inglaterra, que praticava juros na casa de 5% , foi reduzindo-o conforme as pressões recessivas, chegando à taxa mais baixa de sua história, 0,5% ao ano.

Nota-se que, de um lado, os Estados contraem enormes déficits injetando gigantescas somas de dinheiro e, de outro, rebaixam as taxas de juro próximo a zero. A fábula de recursos manejada para cobrir monumentais rombos financeiros indica que a burguesia e seus Estados estão queimando montanha de excedentes acumulados pela exploração do trabalho, cuja contrapartida tem sido a crescente miséria e fome das massas mundiais, bem como a manutenção da maioria das nações ao atraso e à subserviência.

O problema não se circunscreve às potências. Nos países semicoloniais, considerados emergentes (BRIC) ou não, a burguesia teve e tem de ser socorrida pelo Estado. O governo brasileiro não

se fez de rogado para reduzir impostos às multinacionais do setor automotivo. Para evitar quebra de pequenos e médios bancos, passou a sustentar carteiras de crédito. Gastou parte das reservas cambiais para apoiar exportadores. E ampliou os créditos subsidiados ao grande capital.

Mas a China, dos BRIC, é a que mais se sobressai com o intervencionismo. Seu programa anticrise consta de US\$ 585 bilhões, rebaixamento da taxa de juros e subsídios à exportação. Evitou que a queda do crescimento fosse estrondosa, mas não que não caísse em um patamar insuficiente para gerar emprego à sua superpopulação. Fábricas estão sendo fechadas; e operários, demitidos.

Pergunta-se por que tamanha intervenção não tem reerguido a economia. Economistas ligados às instituições que avaliam e analisam a situação explicam que o rombo do sistema financeiro é muito grande e o montante destinado pelos governos aos bancos não é suficiente. Ou então que os efeitos do saneamento não são imediatos. Há uma corrente que apregoa a nacionalização provisória dos bancos quebrados e uma regulamentação do sistema financeiro, de forma a se restabelecer o fluxo do dinheiro. Em resumo, a recessão será debelada quando os bancos estiverem em condições de plenamente financiar o comércio, a indústria e o farto consumo, como aliás vinham fazendo.

Acontece que de conjunto os grandes bancos, financeiras, seguradoras hipotecárias e bolsas se desmoronaram devido à manifestação da superprodução mundial, que foi impulsionada pela vasta massa de capital financeiro acumulada. A alta liquidez mundial favoreceu todo tipo de especulação, jogatina, falcatrua e artificialismo econômico. A possibilidade de se continuar empurrando as forças produtivas nos EUA, China, BRIC etc à base da monumental liquidez financeira se esgotou frente a um comércio mundial saturado.

Apesar da queima de trilhões, há ainda muita liquidez. Porém parte se encontra resguardada pelos capitalistas, que esperam um reordenamento no caos. Preferem se abrigar nos títulos públicos dos governos.

O comércio se mostrou anárquico e o planejamento industrial, errático. O en-

dividamento impagável da população norte-americana na compra de imóveis chegou ao absurdo da especulação e da jogatina. A quebra imobiliária foi apenas a ponta do iceberg, que está vindo à tona sem que a burguesia consiga dimensionar seu tamanho e peso. Diga-se de passagem que a derrocada imobiliária não foi só nos EUA, mas em outras partes do mundo, sobretudo na Espanha, cujos efeitos sobre a mais alta taxa de desemprego no mundo são violentos (14,8% da força de trabalho).

Evidentemente, a asfixia financeira causada pela débâcle bancária age no sentido da desativação e da recessão, mas não é a causa primária. Por isso, atua no sentido de acelerar e aprofundar as tendências objetivas de contenção e destruição de forças produtivas.

O Brasil, que vinha crescendo euforicamente, com a quebra nas potências, teve uma brechada brusca e uma queda vertiginosa. De uma taxa de crescimento de 5,1% até setembro, despencou para 3,6% no último trimestre de 2008. Não havia sinais de crise interna que apontassem para tal fenômeno, mas muitos sinais da crise externa. A exportação vinha perdendo dinamismo, os preços das commodities caíam, havia inquietude na Bolsa de Valores e crescia a repatriação de dinheiro. Com a paralisia do fluxo financeiro se revelou o descompasso do crescimento interno com o externo. As tendências recessivas estão em pleno curso no Brasil

Tudo indica que a crise avançará, será longa e profunda. As perdas, desvalorizações, destruição de postos de trabalho, elevação da taxa de desemprego e rebaixamento salarial pressionarão a economia mundial para baixo. A superprodução coloca a necessidade de destruição de forças produtivas em larga escala. A crise global desencadeada a partir de setembro assinalou esse caminho e seu desenvolvimento está nas primeiras etapas. Configurou-se a recessão mundial, mas o processo recessivo está em andamento. As potências ainda não refletiram de conjunto as contradições e as conseqüências. Os países semicoloniais estão por se incorporar mais ampla e profundamente à crise capitaneada pelas potências imperialistas.

4 Nacional

China em crise

Operários se movimentam

No relatório do Escritório de Análise Econômica da Holanda, está previsto que a China terá uma queda nas exportações de 6,5%, abaixo de 10,75% da Ásia. Já suas importações poderão cair 9,5%. Esses números são suficientes para se reconhecer que a desaceleração avança e caminha para a recessão.

Em janeiro, estimava-se que, das 60 mil fábricas de propriedade de Hong Kong, 10 mil foram fechadas. Na província de Cantão, cerca de 7 mil empresas fecharam ou se transferiram. Isso se deveu à queda das exportações a partir de novembro de 2008.

A pobreza da maioria e a miséria de milhões impossibilitam a diretriz da burocracia governante do PCC de voltar a China para o mercado interno, de forma a compensar a queda das exportações. O pacote de US\$ 585 bilhões apenas retardará e amortizará a derrocada da economia.

Analistas consideram que os números de encerramento de fábricas é conservador. Mas o fundamental está nas demissões em massa. Mais de 20 milhões de operários foram jogados na rua, informa "O Estado de São Paulo" (16/02). A maioria é de camponeses que se proletarizaram.

Com a expansão da indústria exportadora, os pobres do campo foram trazidos para servir de mão-de-obra barata, um atrativo para empresas estrangeiras. Empresas cerram as portas e muitas não pagam sequer os salários integrais. O que vem causando agitação e manifestações dos operários. O caso da fábrica de malas Jianrong exemplifica a situação.

Em dezembro, foi fechada e os operários se dirigiram se dirigiram ao governo local e se puseram em vigília. A polícia os empurrou de volta e cercou seus dormitórios. Como esse, os protestos operários se multiplicam, mesmo contando com a repressão da burocracia policial do PCC.

A tendência é da crise se agravar e ampliar-se a destruição de forças produtivas. A classe operária que constitui uma força de trabalho de 300 milhões tende a se rebelar contra a burocracia chinesa. Está colocada a retomada do movimento revolucionário que tomou o poder do Estado, expropriou a burguesia, expulsou o imperialismo e transformou a propriedade privada em propriedade social. A burocracia restauracionista está em contradição com as massas e garante a ditadura burocrática pró-capitalista à base da violência contra-revolucionária.

Europa afunda

Com a fatura financeira da última década, poderosos monopólios se lançaram a empréstimos. E os bancos facilitaram ao máximo. O problema era escoar o dinheiro. Os governos facilitaram. E as instituições reguladoras acobertaram a "alavancagem" acima das regras de risco. As compras estavam em alta, a indústria devia aproveitar para investir, para se ampliar e se modernizar. Era também a hora de fusões e aquisições, de reforçar o controle monopolista.

A Europa do euro, que vinha sofrendo a estagnação, abriu as velas para os ventos promissores, a calma ficava para trás. Mas a bonança para o capital implicou que as corporações industriais

China frente aos Estados Unidos

A crise coloca em um patamar superior as contradições da China com os EUA. Cresce a pressão para que o país asiático acelere o processo de restauração capitalista, integre-se de maneira subordinada na órbita das potências e siga as diretrizes mundiais do imperialismo para a nova situação. Passos, nesse sentido, foram dados. As potências necessitam que a burocracia avance a desestatização, abra seu mercado interno para manufaturados e permita ampla penetração do capital financeiro.

No momento, o problema está em como a China ajudará Obama a pôr em prática o plano de salvação dos seus bancos e do sistema financeiro mundial. As importações norte-americanas continuarão a cair e as exportações chinesas acompanharão a desativação mundial do comércio. O imperialismo, em nome da interdependência e das vantagens exportadoras que a China usufruiu até explodir a crise, exige que o governo do PCC seja mais arrojado no uso de seus US\$ 2 trilhões de reserva cambial, acumulados com o superávit comercial.

O plano de US\$ 585 bilhões já é um artifício nas condições de superprodução mundial, embora, devido ao atraso e às necessidades da população, a China tenha espaço interno. Mas, sem a crescente exportação, tudo indica que se desmoronará a estrutura industrial montada com o concurso de capitais externos.

Há outro destino para as reservas: emprestá-las de graça ao tesouro norte-americano, de forma a subsidiar a gigantesca intervenção financeira do Estado. Ao mesmo tempo em que o primeiro-ministro Wen Jiabao declara-se preocupado com a segurança dos empréstimos feitos ao EUA, eleva-os para US\$ 738,6 bilhões (US\$ 12 bi a mais). A China, assim, se torna o maior credor dos ianques, ultrapassando o Japão, com US\$ 634,8 bilhões.

Graças a empréstimos trilionários a taxas baixíssimas de juro, os EUA têm mantido a orgia consumista e coberto o enorme déficit público. A soma do Plano de Bush com o de Obama se aproxima de US\$ 2 trilhões, no entanto se mostra insuficiente para cobrir o rombo do mercado hipotecário. A China deve ser fiel perante seu maior importador, contribuindo com altos subsídios. Trata-se de uma forma de espoliação.

e comerciais contraissem uma dívida de US\$ 11trilhões, equivalente a cerca de 95% da economia da zona do euro. Assim, o vendaval da crise a tomou a Europa com todas as velas esticadas.

Os bancos foram a pique e as mãos das autoridades europeias os seguraram. Revelaram-se os profundos vínculos com os títulos podres norte-americanos e com os de dentro de seu próprio terreno. As compras caem no mundo todo, os investimentos industriais ainda não tiveram retorno, o capital constante está sobejo, vem a ociosidade e os estoques encalham. Os títulos começam a vencer. A lucratividade está em baixa, os prejuízos aumentam. Os bancos socorridos pelo Estado con-

cordaram em adiar as cobranças de empresas inadimplentes, mas o dia virá.

A Europa também tem sua “subprime”. As dívidas foram negociadas. Os caçadores de oportunidades potenciaram as chamadas “obrigações da dívida colateralizadas e obrigações de empréstimos colateralizados” (OESP, 9/02). Esse processo foi alimentado pela invasão de dólares na zona do euro, cuja moeda estava valorizada e os juros europeus, proibitivos. Bancos e fundos de participação acionária agiram como “cavalo de Tróia” na velha Europa.

O Leste Europeu, com seus governos e burocratas todos sorridentes com o capitalismo, tomou uma paulada e está perdido em meio à brutal crise. Hungria, Polônia, República Checa e Romênia não sabem o que fazer com tanta dívida em euro, dólar, franco suíço etc. Suas moedas, artificialmente valorizadas, caíram no precipício. A população endividada não tem como pagar. Mais uma “subprime” dá o ar da graça.

Avalia-se que bancos austríacos tenham enterrado na forma de empréstimos 80% do PIB da Áustria no Leste Europeu. Países como Ucrânia e Letônia se encontram na mesma enrascada. O problema para as potências está em arrumar uma forma dos bancos receberem seu dinheiro e não iniciarem uma nova onda de “deus nos acuda”.



Ocorre que a situação se agrava com a recessão generalizada no Continente. Já se avalia que a Europa enfrenta a pior recessão desde fins de 1950. A Alemanha deu o sinal de alerta sobre a seriedade da queda econômica. A potência exportadora sentiu a retração nos mercados norte-americano, japonês e russo.

As massas europeias é quem melhor sabe avaliar o ritmo e a profundidade da crise, uma vez que pagam com demissões diárias. Não por acaso, as manifestações começaram a se projetar, embora em atraso e ainda muito tímidas diante do precipício que se abriu sob seus pés.

O programa antiimperialista e anticapitalista frente à crise

A crise é mundial. A superprodução e a movimentação do gigantesco capital financeiro parasitário deram lugar à derrocada da economia, que se manifesta na forma de recessão.

A freada no crescimento desencadeia quebradeiras industriais, comerciais, bancárias e afundam países inteiros. As massas pagam com desemprego, cortes salariais e precarização do trabalho.

A burguesia internacional, dirigida pelo imperialismo, põe-se em ação frenética para sustentar o capitalismo que se desintegra. Cada fração, grupo e corporação saem em defesa de seus capitais. A crise põe em perigo os interesses gerais da classe capitalista e particulares das frações, inclusive de nações.

Em torno dos interesses gerais, portanto históricos, a burguesia se une para descarregar a crise sobre as massas e sujeitá-las às suas diretrizes, atua com todos os instrumentos a seu dispor, incluindo a burocracia sindical, para sufocar as revoltas. Assim, a classe capitalista apresenta-se unida em torno do cerco à classe operária e demais explorados, para que estes aceitem passivamente as conseqüências da crise e que acreditem que só as saídas burguesas são possíveis. Ou seja, que só há o programa burguês para a crise.

Ocorre que o proletariado tende a reagir aos ataques patronais e governamentais. E, com a mudança da correlação entre as classes, busca suas próprias reivindicações, potencia a luta de massa e vai ao encontro da construção do partido revolucionário. O proletariado é a classe que tem o programa para a decadência e desintegração do capitalismo monopolista.

Mas o programa conforma o partido, e o partido é o programa. A diretriz programática para a crise, em sua essência:

tomar por meio da revolução o Estado, destituir a classe capitalista do poder político e militar, expropriá-la em seu poder econômico, estabelecer o controle operário da produção e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista.

Essa diretriz estratégica corresponde à necessidade histórica de modificar as leis econômicas e sociais de funcionamento do capitalismo, aboli-las e suplantá-las por novas leis próprias do sistema comunista de produção e distribuição. Enquanto o proletariado não recuperar o terreno perdido com a restauração capitalista em curso na ex-União Soviética, China, Leste Europeu e Cuba e construir seu partido internacional, a burguesia unida em torno dos seus interesses históricos encontrará soluções pela barbárie (destruição de forças produtivas, desemprego, fome e mortandade).

A via para recuperar o terreno perdido começa com a luta justamente contra a barbárie. A classe operária se encontra oprimida pelo trabalho e pelo desemprego. A crise exige reivindicações emergenciais, saídas do fogo dos acontecimentos, e reivindicações estruturais, impostas pelas leis de funcionamento do capitalismo e suas conseqüências crônicas. As emergenciais e estruturais se combinam e se condicionam ao programa socialista.

Estão colocadas, assim, reivindicações como readmissão dos demitidos, redução da jornada sem redução dos salários, estabilidade no emprego e a reivindicação estrutural de emprego a todos pela escala móvel das horas de trabalho.

Defender as forças produtivas contra a destruição capitalista: eis o ponto de partida da luta contra a barbárie. Defender a

revolução proletária: eis o ponto de chegada da luta pelo fim da barbárie. O proletariado em sua luta de classe possibilitou acumular experiência, constituir a teoria marxista da transformação do capitalismo em comunismo, elaborar o programa internacional e pô-lo em prática em várias revoluções por meio do partido. É com esse legado que a vanguarda combate no turbilhão da crise. Tem como guia o Programa de Transição da IV Internacional.

Como dissemos, a burguesia se une para impor às massas suas condições para solução conjuntural da crise – solução estrutural não é possível –, mas se divide em frações e grupos frente a interesses particulares. De forma geral, a crise coloca países contra países, embora a economia seja internacional.

O protecionismo é uma das primeiras manifestações. O pacote financeiro de Obama para reativar a economia vem acompanhado de cláusula (Buy American Act) que obriga o governo a comprar materiais para construção de empresas nacionais. O favorecimento governamental de empresas na França, EUA, Japão etc, como o caso das automobilísticas, contrapõe interesses multinacionais. O pleito da Argentina de cotas, equilíbrio comercial e aplicação de taxa adicional frente ao Brasil atiram as duas principais frações capitalistas da América do Sul. Sem papas na língua, o presidente da Fiesp reivindica que o governo brasileiro retalie o principal “parceiro” comercial do Mercosul. Europa reclama que os EUA vendem o biodiesel abaixo do custo de produção (dumping) e ameaça elevar as tarifas. O Brasil reclama das taxas e dos subsídios norte-americanos ao etanol e do perigo que corre o programa brasileiro de “energia limpa”.

Em fevereiro, a reunião do Fórum Econômico Social concentrou a atenção no crescente protecionismo. A idéia é que a reunião do G-20 contorne o movimento de defesa nacional dos capitais, em nome da cooperação mundial frente à crise. O que não é viável. A recessão leva à perda de mercado, à guerra comercial por espaços e ameaça a sobrevivência de poderosas empresas. O protecionismo e a guerra comercial são inerentes ao capitalismo. Porém, recrudescem e se ampliam com o esgotamento dos mercados.

A crise vai se generalizando por todos os rincões e se aprofundando em determinados países, de acordo as particularidades. As potências disputam a divisão do mundo, que se tornou pequeno diante da gigantesca capacidade produtiva e da massa de capital acumulado. Os elos mais débeis são as semicolônias – a imensa maioria de países capitalistas atrasados –, uma vez que não têm riquezas acumuladas, são devedoras, exportadoras de matéria prima, importadoras de mercadoria a preço monopolista e fonte de saque imperialista.

A crise ameaça quebrar países inteiros. O pouco de desenvolvimento alcançado na fase de crescimento se perde e vem o retrocesso.

As potências exercem o protecionismo descaradamente. A Organização Mundial do Comércio formalmente dá causa aos países atrasados, mas o ganho é desconhecido pelos poderosos protecionistas. No entanto, exercem forte pressão para que as semicolônias abram seus mercados.

A crise acentuará as exigências do imperialismo quanto a que os países atrasados, principalmente os mais desenvolvidos economicamente, arquem com parte das quebradeiras e per-

das das potências. As barreiras levantadas pelas semicolônias são defensivas frente à voracidade do capital monopolista e imperialista. As barreiras das potências são impeditivas à defesa das débeis nações diante da desintegração do capitalismo. As barreiras entre as semicolônias expressam a incapacidade das burguesias nacionais de enfrentar o protecionismo imperialista e se unir contra os ataques motivados pela crise.

Essa movimentação impulsionada pela crise mundial tem em sua base contradições fundamentais: a economia é internacional, mas os Estados conservam suas fronteiras nacionais, as multinacionais estão por toda parte, se entrelaçam, mas têm suas raízes fincadas nos países de origem; as forças produtivas altamente desenvolvidas não têm como avançar sob a forma da propriedade, distribuição e acumulação monopolista; a indústria está capacitada à produção muito superior à que realiza, mas colide com um mercado estreito; o domínio científico e tecnológico foi além da possibilidade determinada pela relação contraditória entre as forças produtivas e as relações de produção; o capital financeiro se agigantou e potencializou seu parasitismo, de forma que grandes excedentes não têm como se aplicar na produção, a necessidade de valorização constante impulsiona os bancos, indústrias e comércios a artifícios especulativos, que concluem em quebras; o proletariado e as massas exploradas em geral (camponeses, classe média urbana) não podem usufruir da capacidade produtiva da indústria, grande parte sobrevive com o necessário ou convive com a pobreza absoluta, colide assim com a necessidade do capitalismo expandir o mercado.

A crise e os confrontos entre nações colocam na ordem do dia a defesa das economias semicoloniais contra os ataques do imperialismo. Assim como a classe operária não deve arcar com a derrocada do capitalismo, as semicolônias não têm de suportar o saque imperialista. As frações burguesas semicoloniais, no entanto, estão subordinadas ao capital externo e são incapazes de resistir às pressões internacionais da crise.

Os organismos mundiais, como G-20, OMC, FMI, Bird, Fórum etc, respondem aos interesses do capital financeiro. Não poderão organizar uma saída cooperada entre potências e semicolônias. Foram criados pelas mãos do imperialismo e por elas são guiados. Os governos das semicolônias, ao se dirigirem a tais organismos, não fazem senão se submeter às diretrizes das potências.

A classe operária tem em seu programa a luta antiimperialista, como parte da revolução social. Somente a classe revolucionária com seu programa poderá rejeitar as medidas do imperialismo e combater a subserviência da burguesia nacional.

Frente à asfixia da economia imposta de capital financeiro, a solução é estatizar os bancos sem indenização, nacionalizar o comércio exterior, de forma que os capitalistas não decidam sobre importação, exportação, entrada e saída de recursos. E diante das quebras, demissões e desemprego crônico, impor o controle operário da produção, por essa via a classe operária toma controle da situação econômica, protegendo o trabalho contra o capital e combatendo a via da destruição de forças produtivas. São medidas que possibilitam defender o país da ofensiva imperialista das potências e as massas das conseqüências sociais crise, bem como impulsionar a luta pela expropriação geral da burguesia.

Lições e advertências dos acontecimentos na Embraer

As 4.270 demissões ocorridas na Embraer, no dia 19 de fevereiro, levaram o Sindicato de São José dos Campos, dirigido pelo PSTU/Conlutas, a convocar assembleias, manifestações de rua e porta da empresa, atos públicos e caravana a Brasília, com o objetivo de pressionar Lula, o Congresso Nacional e o Ministro do Trabalho a tomarem uma decisão em favor dos trabalhadores. A questão central era e é a demissão em massa sem negociação com o sindicato. Daí a exigência de reintegração dos demitidos e abertura de negociação.

Nesse quase um mês de campanha, a direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos conduziu o movimento para: a) o TRT- julgamento da liminar e dissídio coletivo; b) aglutinar sindicatos e centrais em torno da bandeira da reestatização da Embraer; c) forçar Lula a emitir Medidas Provisórias (MP) de estabilidade e reestatização.

Em meio a essas manifestações, a Força Sindical - que dirige duas plantas da Embraer, em Botucatu e Gavião Peixoto - foi convidada para uma reunião no sindicato de SJC e para o ato, embora estivesse no campo oposto à resistência e ser a recordista em assinar acordos de redução de jornada com diminuição de salário, sem nenhuma garantia de emprego. A burocracia aproveitou o ato convocado pela Conlutas para fazer demagogia em torno da liminar que suspendeu as demissões. O corrupto Paulinho da Força parabenizou a Conlutas e discursou ameaçando de prisão os patrões da Embraer, no caso de mais demissões. Pura conversa de pelego direitista, que em cima do palanque não mede palavras contra os patrões e, em baixo, aterroriza os trabalhadores com o desemprego para que aceitem as medidas patronais.

As lições dessa resistência, uma das poucas ocorridas em meio à crise, é de fundamental importância para os trabalhadores. Apontar os acertos e corrigir os erros fortalecem a militância e é imprescindível na politização da vanguarda operária que despontou na luta contra a Embraer.

O que explica a ausência de coesão operária para a luta?

As tentativas de assembleias e manifestações na porta da Embraer enfrentaram dois obstáculos: a despolitização dos operários e a pouca presença dos demitidos. Evidentemente, é preciso assinalar a repressão policial, uma vez que a empresa está sob a proteção militar. O que constituiu em problema - determinante em todo o processo de luta - foi a ausência de solidariedade ativa dos que ficaram na fábrica. Os bloqueios para paralisar os ônibus, que conduziam os trabalhadores, foram difíceis. Havia o medo de se identificarem com os protestos e colocarem seus empregos em risco. As tentativas de assembleias entre empregados e desempregados não ganharam força. Sequer a grande parcela de demitidos compareceu à porta da empresa, também receosa de ficar marcada, como testemunharam alguns operários na assembleia.

A classe operária foi tomada de surpresa pelas demissões. Estava sob o emboço da confiança de que o Brasil havia entrado numa fase de crescimento sustentado. A burocracia sindical da CUT não mediu esforços para penetrar essa propaganda capi-



talista no seio das massas. A onda de desemprego que assolou o país teve como resposta das burocracias cutista e forçista um chamado aos trabalhadores a manterem a confiança e a realizarem acordos de redução salarial. É nesse quadro que a Embraer - e antes dela a GM - ataca fundo os empregos.

Chama atenção o fato de não ter havido uma resistência dos metalúrgicos, que são dirigidos pela Conlutas. Quais as razões? A primeira explicação extraímos do quadro geral de arrivismo burocrático representado pela CUT e Força Sindical. A segunda, encontramos no isolamento dos operários de SJC, portanto, também da Conlutas. A terceira, é a evidência de que a Conlutas não se constituiu em um canal capaz de mobilização nacional dos explorados. E a última, até onde alcança nossa compreensão, recai sobre a responsabilidade da Conlutas/PSTU da ausência de um trabalho sistemático com o programa revolucionário. A despolitização e falta de coesão dos metalúrgicos da região vem da carência de um trabalho anterior por parte da direção do sindicato de prepará-los para a crise que viria. No momento em que estouraram as demissões, ficou difícil ganhar a confiança do conjunto e, particularmente, dos operários da Embraer.

O temor

Embora a demissão fosse massiva, a incorporação da maioria ao movimento não se deu. As primeiras assembleias contaram com cerca de mil desempregados e, na da véspera do julgamento do dissídio, com 400. Boa parte não atendeu ao chamado do sindicato e esteve sob a pressão de boatos por parte da empresa e de familiares.

Os depoimentos nas assembleias diziam que o não comparecimento se devia à esperança da empresa recontratá-los e que a presença no sindicato afastava essa possibilidade; que a família e amigos "alertavam" de que não podiam "pôr a cara a tapa" e que isso poderia dificultar um novo emprego. Na realidade, havia temor entre uma boa parte dos demitidos a se integrarem ao movimento de rua.

O temor não tem explicação em si mesmo e não deve se constituir na principal justificativa dos operários não se levantarem de punhos cerrados contra o patronato. A influência familiar e de outros agentes sociais sempre estarão presentes no sentido de individualizar o conflito de classe e transformar o



ódio do trabalhador em passividade. Mas a influência ganha corpo quando o movimento coletivo do proletariado não se constitui e o golpe patronal sobre ele consegue fragmentá-lo.

A família e seus congêneres expressam, em última instância, a ação política do Estado e da burguesia. Ao contrário, o levante coletivo da classe operária anula, em grande medida, o cerco da família, do patronato e do Estado ao operário, que passa a expressar a consciência coletiva e não mais a consciência individualizada inculcada pela classe dominante.

O trabalho revolucionário no seio do proletariado consiste em forjar uma vanguarda no programa e elevar a coesão organizativa da maioria. O sindicalismo por mais radical e esquerdista que seja não tem como cumprir esse objetivo. Acaba se condicionando ao cotidiano e não leva os trabalhadores a se prepararem para o momento dos ataques capitalistas.

O teatro do TRT

Logo após as demissões, o Sindicato de São José e a Força Sindical entraram com uma liminar pedindo sua suspensão. No dia 27, durante a assembléia em SJC, foi anunciada a sentença judicial que suspendia as demissões. A notícia foi festejada. Em seguida, veio o alerta dos dirigentes de que a suspensão não significava o retorno ao trabalho, mas era uma vitória dos trabalhadores contra a empresa. Mesmo com a insistência da direção do sindicato, o protesto convocado para o período da tarde perdeu força. O ato, na porta da Embraer, contou com poucos demitidos. Parte dos que estava na assembléia não se deslocou para a empresa. Na realidade, criou-se uma expectativa entre os operários de que por meio da Justiça poderia ocorrer o retorno ao trabalho. A partir daí as assembléias e manifestações foram perdendo força.

As audiências, que precederam o julgamento do dissídio, mantiveram a liminar. No dia 9/3, a Embraer apresentou a proposta de pagamento de indenização aos demitidos de R\$1.600,00 e extensão da vigência do plano de saúde por um ano. Nessa reunião, o sindicato da Conlutas apresentou uma contra-proposta de readmissão, corte da bonificação dos executivos, redução da jornada para 36 horas –sem redução do salário e abertura do Programa de Demissão Voluntária (PDV). A empresa rejeitou e o TRT marcou nova Audiência. No dia 13, foi a vez do TRT de apresentar a proposta de suspensão do contrato de trabalho por um ano, qualificação profissional e uma bolsa custeada parte pelo FAT e pela empresa. A Embraer se contrapôs com uma indenização de 2 salários, limitados a

R3.500,00 cada um, com um teto de 7 mil e manutenção do plano de saúde. Não houve acordo com o sindicato e o TRT encaminhou para o dissídio coletivo. O julgamento, que ocorreu no dia 18, manteve as demissões e acatou as medidas já anunciadas pela empresa.

O ponto central da resistência acabou se concentrando em torno das reuniões no TRT. O dirigente da Conlutas, José Maria, disse que “vai se formando um quadro dentro do Tribunal que pode levar a um julgamento que mantenha a decisão do Presidente do Tribunal, de suspender as demissões, no sentido de impor limites à empresa e algum nível de proteção ao trabalhador”. Essa colocação se apoiava em outra que dizia: “temos um enorme ponto frágil em tudo isso, que é o fato de que os trabalhadores envolvidos não estão mobilizados”. Como vemos, a não resistência coletiva às demissões levou o conflito para a Justiça do Trabalho, que sempre é e será patronal.

Os próximos passos serão de continuidade das ações judiciais. O desfecho do dissídio em favor da empresa levou a direção da Conlutas a se agarrar na disputa judicial. José Maria argumentou que recorrer ao TST daria “uma visibilidade forte novamente”. A experiência da teatralização do TRT não foi suficiente para os dirigentes da Conlutas concluírem que a busca de tal “visibilidade” é ilusória. Perguntamos: de onde vem a esperança do PSTU de que a Justiça pode estabelecer um “novo paradigma nas relações de trabalho no Brasil”? O PSTU explica corretamente que a fragilidade está na falta de mobilização. Mas não se dá conta de que é da falta de mobilização que ele mesmo recorre às ilusões judiciais. Pretende que os trabalhadores saiam convencidos de que afinal de contas perderam seus empregos, mas que conseguiram uma “regulamentação de proteção contra demissão arbitrária”. É que espera com o recurso ao TST.

Ato pela reestatização da Embraer

Como parte da campanha pela readmissão, a Conlutas convocou um ato na Câmara Municipal de SJC, no dia 11 de março. Estiveram presentes cerca de 200 pessoas, representando os movimentos sociais, sindicatos e centrais. O objetivo do PSTU era o de criar um comitê pela reestatização da empresa, nos moldes ocorridos com a Vale do Rio Doce. As bandeiras eram: reintegração dos demitidos; redução da jornada para 36 horas, sem redução de salário e sem banco de horas; reestatização, sob o controle dos trabalhadores.

Estiveram presentes: MST, Pastoral Operária, ocupação do Pinheirinho, DCE da USP, vereador do PT da cidade, sindicatos dos químicos de Campinas e de SJC, dos metalúrgicos de Limeira, Sintusp, dos petroleiros, Frente Nacional dos Petroleiros e as centrais Conlutas, CTB e CGTB. Todas as manifestações foram no sentido de exigir a reestatização da Embraer. O resultado foi o compromisso de marcar uma reunião em São Paulo para criar o comitê.

Como nas assembléias, a presença dos demitidos foi pequena, criando mais dificuldades para o crescimento do movimento.

Ilusões com a ida a Brasília

Como parte da política do PSTU de exigir a MP do governo Lula, a assembléia que antecedeu o dia 4 foi organizada com

intuito de convencer os demitidos da importância de ir a capital e à reunião com o Presidente da República. Os argumentos da direção do sindicato (PSTU) eram de que a presença dos operários poderia pressionar Lula e os parlamentares a se colocarem em favor da readmissão e da negociação com a empresa. Relatou a primeira reunião com Lula, que resultou apenas na promessa de uma reunião com a Embraer. Criticou Lula de convocar a empresa e acatar seus argumentos em favor das demissões e enfatizou que era necessário retornar, agora com os demitidos, para cobrar uma resposta concreta.

Depois de muita insistência, foram dois ônibus com os desempregados. Lula recebeu e afagou os trabalhadores, sem garantir nada. O mesmo ocorreu na Câmara e no Ministério do Trabalho. Resultado: mãos vazias. Mas mesmo assim, o PSTU/Conlutas procurou encher de ânimo aqueles que já mostravam sinais de cansaço com as ladainhas dos politiquieiros. Mostrou que foi uma vitória a marcação de uma audiência pública no Congresso Nacional sobre o problema da Embraer.

Conclusões

O acerto do PSTU, que dirige o sindicato metalúrgico de SJC, foi o de denunciar a conduta da Força Sindical e da CUT de assinar acordos de redução salarial, banco de horas e de perdas de direitos, embora tenha permitido que o salafário do Paulinho pudesse manifestar no ato. Nos dois grandes movimentos da região, General Motors e da Embraer, o PSTU procurou a via da resistência contra as demissões. Porém, enfrentou o isolamento por parte de outros sindicatos e centrais, que atuavam contra a unidade dos operários para enfrentar o desemprego. Por essa posição, foi criticado pelos capitalistas e porta-vozes de ser “intransigente”, o que dificultava as negociações em torno de um acordo, a exemplo do ocorrido na GM.

É necessário, no entanto, assinalar as contradições da política da Conlutas/PSTU. Contradições que se manifestam no sindicalismo de esquerda, que se adapta às situações particulares da luta de classes e que se nega a desenvolver o trabalho sistemático de defesa do programa da revolução e ditadura proletárias.

Os equívocos do PSTU na luta contra o desemprego antecedem ao conflito da GM e Embraer. Quatro meses antes de estourar o caso Embraer, o PSTU foi a Brasília para exigir do governo Lula uma MP, que concedesse a estabilidade aos trabalhadores. Portanto, o seu programa para enfrentar a crise e o desemprego foi colocado nos marcos da legalidade burguesa. Criou-se a ilusão, particularmente entre os demitidos da Embraer, de que bastava a vontade política de Lula para que fosse implantada a estabilidade. Com isso, acobertava o caráter de classe burguês do governo. A legalidade burguesa foi um obstáculo para a compreensão de que a estabilidade depende unicamente da força coletiva dos operários. E que a estabilidade só será arrancada no combate direto contra os capitalistas e seus governos, entre eles o de Lula.

O PSTU justifica a bandeira de MP com o argumento de que os trabalhadores continuam apoiando o governo e que por isso deve esgotar sua experiência. A Conlutas ao se dirigir a Lula com a reivindicação de MP estaria ajudando a esgotar a ilusão. A tática de ajudar as massas a se libertarem de suas próprias ilusões no governo é plenamente aceitável e faz parte



do marxismo.

O problema que se coloca é se a bandeira de MP cumpre essa tática e de fato auxilia o proletariado a ver o governo Lula como capitalista. Dizemos que não. A classe operária deve se dirigir a quaisquer governos com suas reivindicações e não lhes dizer como eles a resolverão. Ao exigir a MP, o PSTU indica aos trabalhadores a possibilidade de solução pela via legislativa, embora venha do executivo. E, ao mesmo tempo, faz da MP o instrumento de solução. Fato esse que leva os operários a admitirem um instrumento de solução que é do Estado capitalista, como se fosse seu. Repetimos: a classe operária pode e deve exigir de Lula que atenda suas reivindicações, mas não deve dizer como e com que instrumento o governo da burguesia deva respondê-las.

Ainda nesse campo, o PSTU, diante das sentenças judiciais, enveredou-se pelo caminho que a burocracia da CUT já havia trilhado. Considerou que a decisão do dissídio “condenava a empresa por prática abusiva e anti-social” e que essa condenação permitia transformar-se em “jurisprudência”. Ou seja, pregou ser possível criar uma lei regulamentando a demissão imotivada ou arbitrária para proteger os trabalhadores do facão. A nota assinada pela coordenação da Conlutas foi mais longe. Diz que o “Tribunal poderia ter tomado uma medida mais eficaz, declarando nulas as demissões...Não o fez porque não quis...Mas é também indesculpável que o Congresso Nacional... ainda não tenha regulamentado a proteção contra a demissão imotivada. E que o Presidente da República...não tenha feito nada”. Conclui com um chamado a campanha de pressão para que Lula e o Congresso “corrija o problema apontado”. O PSTU iniciou a luta contra as demissões falando da MP da estabilidade e sela com a campanha pela regulamentação por parte do governo da demissão imotivada.

A reivindicação de uma legislação sobre demissão imotivada ou motivada não é da classe operária. Não se trata de criar esta ou aquela dificuldade para os capitalistas demitirem. Mas sim fazer a defesa da estabilidade e do emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Os capitalistas, frente ao agravamento da luta de classe, até podem admitir algum empecilho, mas apenas para evitar que a classe operária avance o combate contra a propriedade privada dos meios de produção. No caso da Embraer, não se passa assim. Não há mobilização alguma que coloque para os exploradores e seus juizes uma legislação preventiva. A crença do PSTU é injustificável até mesmo nessas condições.

O PSTU não defende o programa proletário. Esse é o ponto de partida para se entender a experiência que vem fazendo o sindicato metalúrgico de SJC. Diante do desemprego, levantou a reivindicação de redução da jornada para 36 horas. O que significa a manutenção de milhões de desempregados. Se a redução para 36 horas permitia o emprego dos 4.270 na Embraer, não traz para a classe operária em geral o emprego a todos. Trata-se de uma reivindicação limitada à falsa idéia de que é possível uma legislação estatal que reduza algumas horas na jornada de trabalho. A CUT fala em 40 horas e o PSTU em 36 horas, porque acreditam ser possíveis de se obter nos marcos do capitalismo. Assim, se colocam contrários à escala móvel das horas de trabalho, que nada mais é do que a divisão das horas nacionais entre todos os trabalhadores, sem redução de salário, de forma que ninguém fique sem trabalho. O PSTU defendeu a bandeira da reestatização da Embraer, sob o controle dos trabalhadores. Estava dirigida ao governo Lula e omitia a reivindicação da classe operária de controle operário da produção.

Outra proposta defendida pelo PSTU no TRT foi a demissão voluntária (PDV). É sabido que o PDV é uma imposição dos capitalistas e aceita pelas direções burocráticas. Os patrões quando querem demitir com o consentimento do sindicato abrem o PDV, de forma que os operários se coloquem pela demissão e recebam como “prêmio” algumas quirelas e se não aceitam o PDV são demitidos sumariamente. O mais grave não está na quirela, mas sim na rachadura que o PDV provoca na reivindicação de emprego a todos e nenhuma demissão. A posição da direção sindical consistia: o TRT poderia readmitir e a Embraer abrir o PDV. Ao fazer essa formulação na assem-

Manifesto do POR de 15/03/09

Avança a crise do capitalismo: É preciso lutar!

Os capitalistas não têm outra saída para o desmoronamento da economia senão sacrificar empregos e salários. Milhares e milhares de operários estão perdendo empregos desde dezembro do ano passado. Em todos os setores, fecham-se postos de trabalho. Mais se demite do que se contrata.

No País, a taxa de emprego caiu 2,1%. Somente a indústria destruiu 1,3% de empregos. Isso significa que o desemprego vem crescendo na casa de milhão. Ocorre que já existem milhões de desempregados e subempregados crônicos, que nunca mais foram ou serão contratados. A nova onda de desemprego em massa incha ainda mais o gigantesco exército de desempregados crônicos.

Desemprego e subemprego empurram milhões de brasileiros para a miséria, fome, desintegração familiar e todo tipo de destruição física e moral. Temos o caminho da desgraça ou da luta. Não existe meio termo. Somente a luta coletiva da classe operária combaterá o desemprego e a fome.

Frente às demissões: ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção; ganhar as ruas e bloquear estradas exigindo os empregos de volta; formar os comitês nas fábricas, bairros, escolas e repartições públicas em defesa do trabalho e do salário.

Fora os “acordos” de redução dos salários

Os patrões dizem: ou vocês aceitam reduzir os salários ou vêm demissões. Os sindicalistas burocratas e pelegos dizem: se

bléia, os dirigentes de SJC fizeram o mesmo que fazem as burocracias cutistas e forcionistas. Ou seja, reforçaram o instrumento (PDV) do capital para demitir. Uma posição revolucionária, jamais poderá aceitar ou defender o PDV.

As demissões em massa no berço do sindicalismo da Conlutas, sem que os operários defendessem os empregos, constitui o ponto mais frágil da luta de classe. E por quê? Porque os metalúrgicos de SJC poderiam cavar uma trincheira de combate ao desemprego e levantar o programa de reivindicações do proletariado brasileiro. Uma trincheira no Vale do Paraíba permitiria bombardear a política patronal da CUT e da Força Sindical. Sem essa trincheira, as burocracias do PT e do PDT continuam com as mãos livres para manipular os explorados.

A Conlutas está tendo seu primeiro teste na luta de classe. Não expressou uma resistência da classe operária à política de colaboração da CUT e da Força Sindical. Resistência essa necessária para fundamentar na prática a cisão da CUT pelo PSTU. Os acontecimentos demonstram que a estatização não é um fenômeno limitado às Centrais, mas ao conjunto dos sindicatos, que estão em sua base. A Conlutas, sem a ação direta dos metalúrgicos de SJC, recorreu ao TRT e ao TST, de forma a reconhecer a possibilidade de uma conquista jurídica em torno da demissão imotivada. Trata-se de um desvio inaceitável de uma corrente que se reivindica do trotsquismo.

É preciso que a militância estude em detalhe essa experiência e se coloque por meio da crítica a tarefa de trabalhar pelo programa proletário no seio dos sindicatos e das centrais controlados pelas burocracias. A crise estrutural do capitalismo não admite meias reivindicações e meias soluções.

a empresa precisa de nossa colaboração para manter empregos, então vamos assinar um acordo de redução da jornada com redução de salários. O mesmo vale para o banco de horas, suspensão temporária e PDV.

Os operários, assim, são pressionados por cima pelos capitalistas e por baixo pelos sindicalistas vendidos. Descontentes e revoltados, não dizem aos patrões: “vão à merda com sua proposta de miséria”. Isso porque a direção sindical abaixou a cabeça. A falta de uma direção sindical revolucionária impede aos operários saírem “no pau” com os patrões e defenderem um programa próprio para a crise.

Quando mais precisamos do sindicato para dizer NÃO ÀS DEMISSÕES E AO DESEMPREGO, o sindicato apóia os ataques patronais aceitando “acordos” de perda salarial. É o que tem feito a direção da CUT e da Força Sindical.

Se a classe operária não enfrenta a classe capitalista, os assalariados não se organizam para a luta e se enfraquecem ainda mais. A crise do capitalismo é grave e exige que os trabalhadores se unam em defesa do trabalho e dos salários. É preciso rejeitar, portanto, os “acordos” que não garantem emprego e reduzem salários. Dizemos: “emprego não se negocia, se defende com luta”.

Organizar o movimento regional e nacional pelo emprego

As demissões são em massa. 54% da indústria já fizeram demissões coletivas. Como se vê, somente um movimento nacional

da classe operária pode derrotar a ofensiva dos capitalistas.

Mas por que não temos uma resistência regional e nacional? Resposta: porque os sindicatos e as centrais sindicais estão controlados pela burocracia pelega.

A política de isolar as demissões por fábrica e ignorar as demissões nas pequenas e médias empresas impossibilita que a classe operária levante suas reivindicações unitárias e se mobilize nacionalmente. A CUT e Força sindical juntas controlam nacionalmente os sindicatos e assim bloqueiam a sua centralização regional e nacional. A Conlutas é minoritária, se encontra isolada e não comparece como canal de luta regional e nacional.

A fragmentação organizativa da classe operária e o controle do movimento sindical pela burocracia pró-capitalista e governista não têm permitido que os explorados se preparem para a luta, que se politizem, que avancem a consciência de classe e que se coletivizem por meio da ação direta.

Nos momentos de crescimento e estabilidade econômica, é hora de organizar a classe operária para a crise que virá, defendendo a união de empregados e desempregados. Mas as direções sindicais pró-capitalistas fizeram o contrário: iludiram os trabalhadores com a idéia do “crescimento econômico sustentado”, aceitaram a flexibilização do trabalho, assumiram as demissões pelo PDV e justificaram a perda de postos de trabalho com a modernização tecnológica.

Agora, a classe operária se vê, abruptamente, arrastada pela crise do capitalismo e se encontra despreparada para o enfrentamento. Está aí por que os capitalistas estão livres para demitir e têm “a faca e o queijo” nas mãos para impor a redução salarial, suspensão temporária etc.

Respondemos a essa calamidade com a bandeira: organizar um movimento regional e nacional de defesa dos empregos e salários. Constituir uma direção nacional que centralize os pobres e oprimidos em um único movimento de massa, grevista, de ocupações de fábrica e manifestações de rua.

Programa proletário para a crise

O capitalismo é um regime econômico de exploração, miséria e fome da maioria. O desemprego e subemprego em massa fazem parte de seu funcionamento. Na situação de crise, os capitalistas não pensam duas vezes para pôr na rua milhares numa só tacada. Vejam os exemplos da Embraer, Vale do Rio Doce e General Motors. Os exploradores expedem uma cartinha, pronto: lá se foram dezenas e até milhares de empregos (4.200 na Embraer).

Por que os capitalistas não conservam os postos de trabalho? Porque têm de proteger seus capitais, suas empresas, suas propriedades e suas riquezas. E o operário o que tem a proteger? Apenas o seu trabalho, fonte de sua existência e de sua família. O que acontece se os capitalistas lhes tiram o emprego?

Pois bem, é preciso defender com unhas e dentes a força de trabalho. Mas no capitalismo é impossível acabar com a miséria e a fome. O que não quer dizer que não é possível lutar contra o desemprego, a miséria e a fome.

A classe operária não tem de seguir e nem aceitar as condições econômicas e sociais do capitalismo. Apresentamos nossas soluções e combatemos por elas, tendo claro que o capitalismo deve ser destruído e enterrado pela revolução proletária. Ou seja, a classe operária organizada por um partido revolucionário tomará o poder do Estado, expropriará a burguesia e transformará

a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva.

Mas sabemos que esta transformação histórica não é o ponto de partida da atual situação. A classe operária está desorganizada, não tem ainda seu partido que está em construção (o POR) e se encontra controlada pela política patronal (o PT é um deles). O ponto de partida é a defesa das reivindicações que nos levam ao objetivo maior de enterrar o capitalismo.

Como defender o emprego e o salário? Como enfrentar a miséria e a fome de milhões? Eis nosso programa para a crise:

- **rejeitemos as demissões e suspensões, pela organização imediata dos comitês de fábrica e de bairro para impulsionar a ocupação das fábricas que demitam ou suspendam; bloquear as estradas, as pontes, e aplicar todas as medidas necessárias para impedir que os patrões nos deixem sem trabalho;**
- **as empresas que fecharem devem ser expropriadas sem indenização e colocadas em funcionamento sob controle operário coletivo;**
- **rejeitamos todos os acordos, todas as negociações dos burocratas com as patronais e com o governo, que resultam em perdas de direitos dos trabalhadores;**
- **todo o trabalho disponível deve ser distribuído entre todos os trabalhadores, sem afetar o salário, isto é impor a escala móvel de horas de trabalho;**
- **o salário mínimo vital deve ser o necessário para sustentar uma família de quatro pessoas, escala móvel do salário, não aceitamos redução alguma dos salários miseráveis, os capitalistas tiveram lucros extraordinários nos últimos anos e não querem arcar com sua própria crise;**
- **a crise não atinge somente os operários; os camponeses e demais oprimidos serão brutalmente afetados. A única solução é acabar com o latifúndio, uma das causas da miséria dos sem-terra e dos pequenos proprietários. Não há como reformar o capitalismo apodrecido;**
- **o comércio exterior e o sistema financeiro devem ser nacionalizados sem indenização. Todos os recursos devem ser utilizados para defender o emprego, bloquear imediatamente os negócios dos setores parasitários. Nenhum subsídio aos capitalistas;**
- **o orçamento para saúde, educação, moradia etc. não deve ser cortado, pelo contrário deve atender todas as necessidades, a previdência deve ser sustentada só pelos patrões;**
- **estas medidas elementares de defesa dos trabalhadores e oprimidos em geral não serão resolvidas pelo governo, nem pelo Parlamento, só poderão ser impostas pela ação direta da classe operária e das massas em sua própria defesa, com seus próprios métodos de luta. É necessário garantir a unidade dos trabalhadores empregados e desempregados, partes de uma mesma classe. Não devemos esperar nada das direções sindicais burocráticas que são cúmplices da crise e bloqueiam de todas as formas a resposta independente dos trabalhadores. A luta deve ser organizada a partir das bases, organizando as assembléias em cada setor e levando a solidariedade aos que já resistem;**
- **a sobrevivência do capitalismo só leva a uma maior barbárie. Sobre os escombros do capitalismo, construamos a sociedade socialista.**

A crise econômica começa a agravar a crise política

A declaração de Lula, quando se iniciou a crise econômica, de que o *tsunami* chegaria ao Brasil como “marolinha”, tem servido à oposição burguesa para atacar o governo. Os dados em abundância vão mostrando que a crise bateu muito forte no Brasil. A retração econômica dos últimos meses, o encolhimento da arrecadação de impostos e principalmente a onda de demissões desqualificam a tese do “descolamento” de Lula e de muitos economistas.

A crise econômica começa a acirrar as disputas entre as frações da burguesia ao redor das medidas a serem tomadas. As denúncias de corrupção, a crise entre os 3 poderes, a disputa por cargos, as derrotas do governo em importantes indicações, a crise no interior dos partidos e os realinhamentos mostram como se desenvolve a crise política.

As denúncias de corrupção

A imprensa burguesa tem produzido em escala uma série de denúncias de corrupção. A propriedade de um castelo oriundo de falcatruas pelo deputado Edmar Moreira (ex-DEM-MG); a comprovação de despesas reembolsadas com notas fiscais emitidas por empresas dos próprios parlamentares; a denúncia de 181 cargos de diretorias no Senado que só servem a cabides de emprego; os gastos do governo para propagandear o nome da ministra Dilma Rousseff, candidata à presidência em 2010.

A corrupção é parte inerente ao Estado capitalista, garante o controle do poder econômico sobre a burocracia que está nas instituições. Em geral, as frações burguesas se acobertam acerca da corrupção que praticam. As denúncias de corrupção são usadas como instrumentos de pressão e barganha entre as frações que disputam as medidas políticas e econômicas a partir do Estado. O aumento das denúncias indica crescimento dos choques entre as frações capitalistas. As denúncias são negociadas nas instituições do próprio Estado burguês, e os capitalistas e seus lacaios nunca são julgados ou punidos.

A crise com o poder judiciário

Já tem algum tempo que o Supremo Tribunal Federal (STF) vem intervindo politicamente em relação aos poderes executivo e judiciário. A falta de ação do governo e a

paralisa do legislativo ao redor das disputas torna a cúpula do Judiciário em porta-voz e instrumento alternativo da burguesia para agir sobre determinadas questões. A imposição da lei anti-greve ao funcionalismo, a decisão de cassar mandatos de deputados infiéis, a intervenção contra a escuta policial das negociatas do banqueiro Daniel Dantas, a decisão acerca das terras indígenas ocupadas pelos arroteiros na Reserva Raposa/Serra do Sol, a aceitação da pressão do governo italiano contra o exílio a Cesare Battisti; o aumento da repressão contra os sem-terra são exemplos da ingerência do STF.

A burguesia tem procurado o STF pela incapacidade do governo e do poder legislativo em resolverem os conflitos interburgueses. Apela ao STF contra as ações de cooptação de parlamentares do governo, que são consideradas normais em governos dos partidos nascidos no ventre da burguesia. Exige que cesse a espionagem das negociatas interburguesas, alegando sua privacidade para roubar. Mais recentemente, elabora uma forma de manter um controle do judiciário sobre as ações policiais, das quais têm brotado as denúncias estampadas nos meios de comunicação. E pressiona para que se reprimam os movimentos sociais, em especial o dos sem-terra.

O governo Lula tem se submetido às decisões do STF. No caso dos sem-terra, permanece calado diante da repressão ao movimento. No caso de Cesare Battisti, anunciou que, se depender dele, não vai entregá-lo à polícia italiana. Esse anúncio serve ao STF para que tome para si a decisão de extraditá-lo, criando um caminho de recuo do governo Lula frente à Itália e ao imperialismo em geral.

O poder judiciário é parte do Estado burguês e obedece às pressões da classe dominante, de forma mais direta que os demais poderes e instituições, porque não tem de se submeter a eleições e com elas a disputa eleitoral mais geral das frações burguesas. Os setores mais fortes do capital manejam o poder judiciário mais diretamente. Como o governo Lula não nasceu do ventre da burguesia, embora conte com apoio de parte expressiva de suas frações, não pode servir de canal direto. O Legislativo, metido e emaranhado em suas crises, não consegue responder com rapidez às demandas da bur-

guesia. O STF vai ganhando peso com a crise política.

A crise com o Legislativo e as derrotas do governo para seus aliados

O PMDB traiu seu compromisso com o PT e elegeu os presidentes da Câmara e Senado. José Sarney manobrou com o apoio do DEM, que deu as costas ao aliado opositor PSDB. Que, por sua vez, se juntou ao PT contra o PMDB e DEM. Assim, além da presidência nas duas casas legislativas, o grupo de Sarney indicou o comando de importantes comissões. A eleição de Fernando Collor (PTB) para a Comissão de Infraestrutura, que vai gerenciar o PAC (projeto principal de obras do governo Lula), é expressão dessas movimentações interburguesas.

O resultado delas foi o fortalecimento do PMDB no interior do governo. Ao ponto de mudar a interpretação sobre a votação de medidas provisórias no Congresso, reduzindo o poder de editá-las pelo governo a aumentando a necessidade de negociação entre executivo e legislativo.

O PMDB, que venceu as eleições municipais, se projeta para conquistar ainda mais poder no futuro governo federal. Coloca Lula numa posição cada vez mais dependente de sua política oligárquica. E pressiona os partidos de oposição para que se juntem a ele para as próximas disputas.

A disputa eleitoral e a crise na oposição

Apesar de ter se constituído na maior força no parlamento e o maior aparelho eleitoral no país, o PMDB não apresenta candidatos capazes de alçar a presidência da república. Tem de trabalhar as alianças de forma a manter ou ampliar sua força dentro do aparato estatal. Como frente de oligarquias regionais, carece de homogeneidade nacional. Atua como federação de frações. O diretório mineiro já anunciou seu apoio a Aécio Neves para a disputa de 2010, seja no PSDB ou no próprio PMDB. Os quercistas ligados a Michel Temer, presidente da Câmara, preferem uma aproximação com a oposição burguesa. Os sarneysistas, ligados ao senador alagoano Renan Calheiros, estão na base governista e exigem a Casa Civil e a vice-presidência, além dos principais ministérios (este seria um governo do PMDB com Dilma Rousseff

na cabeça). Lula tem de negociar com os “dois” PMDBs para governar.

O PSDB está dividido entre as alas de Serra e Aécio. Serra sofreu dura derrota na indicação da liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, o que o levou a aceitar a tese da consulta interna para definir o candidato. Perdeu pontos ainda na disputa à presidência do Senado e na indicação da Comissão de Infraestrutura. Aécio tem articulado com os setores do nordeste e todos os descontentes com Serra. Recebeu de bom grado o convite do PMDB mineiro para se tornar o candidato que falta para que o PMDB leve o prêmio máximo na disputa: a presidência da República, mas recusou circunstancialmente. Serra conseguiu anular Alckmin, trazendo-o para o interior do governo estadual e prometendo indicação para o governo em 2010. A aliança

do PSDB com o DEM tem sido bombardeada pelos acordos federais do ex-PFL com o PMDB, deixando de lado o PSDB e jogando-o para o lado do PT.

O DEM vê no PMDB a possibilidade de retomar espaços perdidos no interior do Estado burguês. Ou de usar a aproximação com o partido de Sarney para negociar em melhores condições seu apoio ao PSDB. O desenvolvimento da crise econômica definirá qual caminho cada fração burguesa vai tomar.

O movimento operário ainda não se pronunciou

A disputa interburguesa ocorre sem a pressão das massas em movimento. A classe operária permanece encolhida e temerosa em sair à luta pelo emprego e salário. O movimento camponês sofre com a onda repres-

siva e a campanha difamatória da imprensa burguesa. O movimento estudantil permanece amordaçado pela direção governista da UNE.

Tudo isso pode mudar com o desenvolvimento da crise econômica. As lutas e a resistência à ofensiva capitalista que descarrega a crise sobre as massas podem fazê-las superar as travas impostas pelas direções e acirrar a luta de classes.

Cabe à vanguarda revolucionária trabalhar para que esse processo se desenvolva com independência de classe. Impulsionar as lutas pelas reivindicações das massas, opostas às políticas capitalistas de resposta à crise. Denunciar as direções colaboracionistas. Defender o programa da classe operária, a construção do partido revolucionário e os métodos próprios da luta de classes.

Crise econômica, aumento do desemprego e respostas dos explorados na Bahia

O governador da Bahia, Jaques Wagner, na esteira de Lula, tentou suavizar a crise, primeiramente com o argumento de que a economia brasileira e local encontrava-se com fundamentos sólidos e deslocada frente à economia dos países capitalistas avançados, em especial dos EUA, e que a crise se restringiria ao sistema financeiro norte-americano. Quando a crise chegou, tratou-a como algo insignificante e passageira. Agora tenta manter os movimentos sociais, em particular o movimento operário, sob sua batuta, com a convocação das centrais governistas para um pacto supostamente contra o desemprego.

No dia 27 de janeiro, Jaques Wagner se reuniu com seis centrais sindicais, entre elas: a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), controlada pelo PCdoB, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dirigida pelas correntes do PT, a Força Sindical, do PDT, a Nova Central Sindical (NCS), a União Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). As organizações, de diretriz governamental, apresentaram o que chamaram de Pacto da Ação Sindical (PAS), com “sugestões” para manter os empregos ameaçados pela crise.

Entre as propostas dos reformistas e governistas, destacaram-se: a) isenção de impostos para as empresas que se comprometerem não demitir; b) acesso ao crédito para as pequenas e médias empresas; c) manutenção dos direitos trabalhistas e realização de concurso público. O objetivo do pacto, relata o presidente da CUT/BA Martiniano Costa, é “a retomada da geração de emprego e o crescimento econômico. Isso só será possível com pesados investimentos por parte do governo e empresários, com o acompanhamento da classe trabalhadora”.

Na verdade, o que a burocracia quer é frear as tendências de luta dos trabalhadores, desempregados e funcionalismo público diante das medidas dos governos Lula e Wagner de socorro aos capitalistas, facilitando as imposições dos empresários, que já deixaram clara a intenção de continuar demitindo e reduzindo os salários dos empregados.

O governo Wagner mostra-se impotente diante da crise e atua como mero apêndice dos interesses dos capitalistas locais, nacionais e internacionais, que atuam na economia baiana. Exemplo disso foi a ameaça de fechamento pelo fabricante de eletrodomésticos, Britânia, de uma fábrica no pólo industrial de Camaçari, região metropolitana de Salvador. Mesmo diante das benesses dadas pelo Estado com infra-estrutura e isenção de impostos, os carrascos ameaçaram sair sorrateiramente para se instalar em outro Estado, cujas condições de lucro são maiores. Resultado: foram demitidos mais 370 trabalhadores.

Seguindo a onda de demissões, a Aracruz Celulose, um gigante do agronegócio, já anunciou mais de 170 demissões, uma parte expressiva na Bahia. A Ford ameaça com demissão de 1,5 mil operários de sua fábrica e fornecedores no estado. A Pirelli demitiu 100 e a Suzano cerca de 70 trabalhadores. Os bancos e o comércio ameaçam também com demissões em massa se a crise avançar.

Os trabalhadores demonstram claramente disposição para lutar na defesa dos empregos e contra a redução dos salários. Foi o que fizeram, por exemplo, os trabalhadores da Pirelli, quando broquearam a BR 324, que dá acesso à cidade de Feira de Santana-BA e queimaram pneus em protesto contra a investida dos patrões. Da mesma forma, os trabalhadores da Britânia realizaram um ato contra as ameaças de demissões pela empresa. Os trabalhadores da construção civil estão lutando, os bancários já se movimentam e os sem-teto, que conformam o Movimento dos Sem-Teto da Bahia, (MSTB) realizaram uma manifestação na sede da governadoria, exigindo o cumprimento de promessas pelo governo Wagner.

O problema é que a fragmentação dos trabalhadores entre várias centrais, cada qual defendendo uma fatia dos recursos do Estado para bancar os privilégios da burocracia bloqueia as tendências de luta do operariado. A tarefa se encontra em combater veementemente a burocracia dos sindicatos e centrais, denunciar os acordos entre governo, burocracia e empresários e defender a ação direta dos explorados.

A crise no RN destrói milhares de empregos

A indústria no RN está centrada no setor têxtil, concentra sua produção na região metropolitana.

Empresa como a Coteminas (do vice-presidente José de Alencar) já anunciou que será impossível não haver demissões diante da crise. Já deu início ao processo de ajuste. As medidas apresentadas foram: fim de pagamento de horas-extras, implementação de banco de horas e redução de salário.

A Guararapes, outra empresa têxtil, já demitiu 300 trabalhadores e, dependendo da crise, o número poderá aumentar.

A crise econômica no RN já atinge outros setores da economia. A construção civil parou suas atividades. As grandes empreiteiras suspenderam seus investimentos e também já demitiram 1239 trabalhadores.

No RN foram demitidos 30.461 trabalhadores entre 2008/2009. Só entre os meses de janeiro e fevereiro esse número chega a 8.366. O setor com pior desempenho foi o da Indústria de Transformação, com 5.136 postos fechados no mês de fevereiro.

Dos 491.147 trabalhadores com carteira assinada, 41,61% estão concentrados no setor de comércio e serviços. São 204.374 empregados, sendo 82.601 no comércio e 121.773 nos serviços. Os segmentos de administração pública (174.548) e a indústria (59.881) são outros dois maiores empregadores.

Rondônia

Responder o aumento da passagem do ônibus com luta massiva

No dia 06/03, estudantes secundaristas e universitários realizaram uma manifestação de rua contra o aumento da tarifa de ônibus, sob a direção da UJS – PC do B e UEE – PMDB. Esta manifestação tinha a intenção mais de festividade do que de rechaçar o aumento da passagem.

O aumento da passagem de ônibus é de responsabilidade exclusiva do prefeito, em atendimento aos compromissos que ele assume com empresários em época de campanha eleitoral e, por isso, na hora que tomou posse, tratou logo de fazer o dever de casa. Isso tem acontecido desde que Roberto Sobrinho/PT assumiu a prefeitura de Porto Velho, aumentou de R\$ 1,50 para R\$ 1,80, depois para R\$ 2,00 e agora para R\$ 2,30. Valor insuportável para quem ganha o salário mínimo e para os desempregados.

Para os assalariados chegarem ao trabalho, muitos se arriscam no uso da bicicleta. Não por acaso têm crescido as mortes no trânsito. O prefeito tenta convencer a população pobre que o aumento vai ser para promover melhoria no transporte. Falso.

Nós trabalhadores empregados, desempregados e estudantes não podemos aceitar essa tarifa abusiva. Precisamos

Municípios estão quebrados

Dos municípios do RN que sobrevivem quase que exclusivamente do repasse do FPM, 38 deles tiveram saldo zero. Com o aumento do salário mínimo para R\$ 465,00 os prefeitos afirmam que estão em crise e não têm como pagar. As conseqüências são jogadas exclusivamente nas costas dos trabalhadores e da população, que sofrerá com maior precariedade dos serviços essenciais, como saúde, educação etc.

Os governos municipais aproveitam para descarregar a crise sobre aqueles que produzem toda a riqueza.

O governo Vilma de Faria (PSB/PT/PCdoB) também anunciou que terá dificuldades para sustentar a folha de pagamento dos servidores públicos. E todos se unificam para, em coro, afirmar que não podem nem discutir reajuste salarial. Em contrapartida o Estado aprova um aumento de verbas (passou de 14 milhões para 30 milhões) para o Ministério Público, criando mais 120 cargos comissionados. Além disso, apresentou um pacote de incentivo fiscais para os empresários que tiverem problemas, com a promessa de garantir o emprego por três meses a contar de janeiro. O que não impediu que os empresários demitissem.

Assim como Lula/PT, Vilma e todos os

prefeitos vêm o momento propício para proteger os exploradores e especuladores. Para os trabalhadores, reservaram a retirada de direitos e aumento da exploração. No capitalismo, os governos servem somente para administrar os interesses da burguesia e manter a miséria para a maioria.

No Rio Grande do Norte a ofensiva contra os trabalhadores e a resposta dada pelas burocracias sindicais não é diferente do restante do país. A maioria dos sindicatos está nas mãos do PT/PCdoB, portanto os instrumentos de luta e resistência encontram-se paralisados. A burocracia tem servido de correia de transmissão das idéias do patrão de convencer os trabalhadores de que diante da crise é necessário aceitar os acordos, que é melhor reduzir salários do que perder o emprego, até mesmo que as demissões são uma oportunidade para receber o seguro desemprego.

Como se vê, os trabalhadores terão de expulsar de seus sindicatos a burocracia colaboracionista. Este é este o primeiro passo a ser dado para organizar a luta contra a exploração capitalista; e construir o Partido Operário Revolucionário para destruir este sistema opressor, que tanto tem destruído as condições de vida das massas trabalhadoras.

ganhar as ruas em massivas manifestações. Devemos rejeitar os aumentos das passagens com os métodos próprios da classe operária, ocupação, bloqueios etc.

Necessitamos organizar uma verdadeira manifestação para pôr abaixo as medidas do prefeito do PT: aumento da tarifa de ônibus; retirada de trabalhadores ambulantes das calçadas e praças da capital em nome do 'projeto cidade limpa' e outras atingem a população pobre.

Unidade para derrotar esses ataques

É possível derrotar esse aumento com a nossa força coletiva fazendo assembléias nos bairros, por ruas para organizar encaminhamentos de grandes manifestações, ocupações dos órgãos públicos municipais como: prefeitura, secretarias de transportes etc.. Não queremos festividades, precisamos enfrentar os governos para poder impor nossas reivindicações. Para isso, é fundamental que levantemos a bandeira de:

Passage livre aos estudantes e desempregados

Nenhum reajuste nas passagens

Estatização, sem indenização, de todo o transporte público, sob o controle da classe operária.

Encontro da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária da Educação realizou sua plenária, no dia 15 de março. Publicamos abaixo o texto que serviu de discussão.

A crise e a luta pela estatização do ensino

1. Os efeitos da crise econômica atingem os trabalhadores por meio do desemprego, da precarização do trabalho, do aumento do número de subempregados e pela perda de direitos. A eliminação de 600 mil vagas em dezembro e quase 200 mil nesse início de ano sinalizam a extensão e a profundidade da crise. Todos os setores encolheram nos últimos meses. As exportações agropecuárias, carro-chefe na manutenção do superávit comercial, nos últimos anos, perde terreno. O fechamento de fábricas têxteis, em particular em estados do Nordeste, tem ocasionado um brutal ataque a vida dos trabalhadores. O setor industrial vem respondendo à crise com demissões em massa e impondo acordos de redução salarial e de não garantia da estabilidade. Os capitalistas procuram proteger seus negócios, descarregando suas conseqüências sobre a força de trabalho. O fechamento de unidades fabris é uma das saídas burguesas, que consiste na retirada do capital de setor menos produtivo para aplicá-lo onde é mais rendoso. Tudo indica que a economia brasileira sofrerá um duro revés. A juventude que procura trabalho e a que teve acesso a algum posto, no último período, será a mais atingida. Na escola pública, localizada nos bairros pobres, é notório o aumento de alunos e pais golpeados pelas recentes demissões. Com o avanço da crise, a tendência é piorar as condições de funcionamento das unidades escolares e aumentar as condições próprias da decomposição da sociedade de classe.

2. O estado de São Paulo, que contou com uma alta arrecadação de ICMS, nos últimos anos, não usou esses recursos para a melhoria das condições de ensino e trabalho. Ao contrário, o fechamento de salas de aulas, a extinção de boa parte das Ejas, a demissão de milhares de contratados e o baixo piso salarial foram e são o centro da política educacional do governo. Com a queda do ICMS, prevista com o prolongamento da crise, as condições de ensino e de trabalho tendem a piorar. Os teóricos da classe capitalista insistem na tese de que não há uma relação direta entre os investimentos na educação e as melhorias de ensino-aprendizagem. Querem provar que com menos recursos e com mais empenho dos professores é possível ter uma ensino de “qualidade”. Se é verdade que não existe essa relação direta, também é verdadeiro que com pouco recurso não se mantém em pé as escolas e nem o corpo docente. O ideólogos da burguesia usam a falsa noção de “qualidade” e querem fazer crer que tudo depende da formação e da vontade dos trabalhadores da educação. Escondem as reais razões dos baixos recursos e da péssima aprendizagem dos alunos. Não podem alcançar raiz do problema, que se encontra na sociedade capitalista de produção. Combatem as posições que colocam a educação como um elemento superestrutural, condicionado, em última instância, pela base material (econômica) da sociedade. Por isso, suas explicações são subjetivas e se dão à margem da realidade na qual a escola está inserida. Os governos respondem às manifestações da crise impondo mais medidas contra as condições de ensino e trabalho, mas necessitam das explicações teóricas dos porta-

vozes do capital.

3. Os capitalistas querem passar a idéia de que a crise afeta a todos. Os governos justificarão as medidas de cortes de verbas à educação pública se apoiando na crise. Tudo isso não passa de enganação, pois serão os serviços públicos os maiores penalizados. Quem se aproveitará da situação serão os donos das redes privadas. No momento em que a economia apresentava dados positivos, os empresários da educação ganharam rios. Expandiram seus negócios com a ajuda do Estado. Criaram o ensino a distância para abocanhar uma parcela da classe média que necessitava de diplomas e de pontos no currículo. Tomaram conta de $\frac{3}{4}$ de todo o ensino superior e avançaram sobre a educação básica. Agora com a crise, dizem que seu alunado é constituído na sua maioria de aluno-trabalhador e, com o desemprego, acaba desistindo do curso superior. Estimam que, em São Paulo, há uma queda na quantidade de alunos ingressantes, como reflexo da crise econômica. E concluem apontando a existência de menos alunos, menos crédito e mais inadimplência. Mas já têm um saída para esse problema: exigir do governo (BNDES) dinheiro fácil para manter seus negócios. Disseram: “achamos ser justo que nós, que representamos 4 milhões de alunos, recebamos uma linha do BNDES, como tantos outros setores”. “O governo diminuiu o IPI para os automóveis, também pode ajudar a educação”. O fato é que os governos usam o Estado para administrar os negócios da classe capitalista. Quando vem a crise, acirram as disputas no seio da classe burguesa pelo dinheiro público, para as distintas frações do capital se protegerem da crise e continuarem auferindo lucratividade. O que fazem os mercadores da educação não é senão agir como classe que tem um Estado sob seu controle. A expansão da rede privada e sua manutenção, em época de crescimento ou de crise, sempre dependeram de recursos e da legislação estatais.

4. A defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis escolares se choca com os interesses do capital e dos governantes. Colocar-se pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada é declarar guerra aos capitalistas, que obtêm no ensino superior um faturamento anual de 24 bilhões de reais e cerca de 1 bilhão de renda indireta. O objetivo da expansão desse negócio é atingir a meta do PNE, o que significaria aumentar em mais de 2 milhões as matrículas até 2010. Para isso, exigem “incentivos ao ensino privado” por parte dos governantes. Por outro lado, as reformas educacionais em curso fizeram da privatização um meio de desresponsabilizar o Estado para com o sustento do ensino. Não há saída para os trabalhadores e os estudantes senão se lançar à luta sem trégua para pôr fim à educação mercantil e a implantação de um sistema único estatal, sob o controle da classe que produz a riqueza.

5. O problema que enfrentamos é o controle dos organismos sindicais e estudantis por meio de direções pró-governamentais. A Apeoesp e a UNE, sem dizer outros sindi-

catos e entidades dos estudantes, foram colocadas a serviço da política do governo Lula, a exemplo do apoio ao PDE e ProUni. As críticas que fazem à oposição burguesa, entre elas o PSDB, são limitadas, para que não atinjam a política geral comandada pela coalizão PT/PMDB. Combatem a estatização e outras reivindicações como a estabilidade aos contratados com os argumentos da classe oposta a dos trabalhadores. São direções vinculadas organicamente ao Estado, compondo organismos que aplicam a política governamental. As recentes notícias de que a UNE recebeu 10 milhões de reais do governo Lula, nos últimos 5 anos, mostram a que ponto chegou essa burocracia dirigente. E a presença constante de ministros e do Presidente da República nos encontros promovidos pela UNE, CUT etc demonstram o quanto avançou a estatização dos sindicatos e entidades estudantis. Por serem defensoras do PDE, não puderam ser conseqüentes no combate as Metas de Serra, que levam a maior centralização burocrática das escolas, maior controle sobre o que se ensina e avaliações de desempenho. Estão obrigadas a se apoiar em ações distracionistas, a exemplo da teleconferência sobre o currículo, quando o momento exige a luta de rua contra o desemprego, contra as medidas de aumento da superexploração do trabalho, contra a farsa das cartilhas e contra as metas de destruição do ensino público. A UNE e seus organismos estaduais e municipais sequer se posicionaram contra a adestramento que vem sendo imposto aos alunos por meio das receitas prescritas nas cartilhas. Está aí por que dizemos que são direções conciliadoras e burocráticas. A derrota dessas direções dependerá do avanço da consciência dos trabalhadores da educação e dos estudantes. A consciência virá da ação coletiva e do programa de defesa da educação. O rompimento artificial da CUT e da UNE, realizado pelo PSTU, criando a Conlutas e a Conlute, permitiu que essas organizações burocratizadas avançassem na sua estatização. E, por sua vez, não serviu politicamente para se diferenciar da burocracia sindical. Os exemplos da quebra da greve em São Paulo, da defesa da participação na comissão do TRT, para instituir a prova aos contratados, e a posição favorável ao concurso público, quando este resultará em manter o desemprego, testemunham o quanto o PSTU segue a burocracia.

Principais pontos de nossa plataforma de luta

1. O acesso à educação em todos os níveis, como uma das tarefas democráticas. Por mais que o capitalismo tenha avançado, a burguesia não pôde realizá-la plenamente. O Brasil possui, dados oficiais – com certeza são maiores, 11 milhões de pessoas analfabetas, sendo que 75% estão na faixa de 40 a 50 anos de idade. O índice de evasão escolar no ensino médio continua extremamente alto. A elevação do nível cultural das massas depende de suas condições de existência. O salário mínimo de fome e o desemprego violento são barreiras impeditivas ao aumento da escolaridade das massas exploradas. Somente a classe operária, por meio da transformação radical da sociedade, poderá tomar para si a tarefa democrática de acesso irrestrito à educação.

2. A defesa do ensino público e gratuito se choca-se com o ensino privado. As reformas educacionais visam reduzir a

responsabilidade do Estado para com a educação e fortalecer o sistema privado. A coexistência do ensino público com o privado favorece o segundo em detrimento do primeiro. As burocracias sindicais aceitam essa coexistência. Reivindicam limitadamente verbas públicas para a escola pública, ampliação do orçamento para a educação, e fazem demagogia com o palavreado de controle democrático da rede particular. A nossa bandeira é a da estatização sem indenização da rede particular e constituição de um sistema único de ensino, estatal, gratuito, científico e vinculado à produção social.

3. O nosso programa para a educação é um instrumento de defesa da juventude. Sabemos que a maioria se encontra na pobreza ou submetida a uma pesada jornada de trabalho, que impede os estudos. A maioria não consegue terminar a educação básica. Uma parcela reage negativamente contra a escola e está sujeita a toda sorte de discriminação. Uma outra parcela se envolve na marginalidade. O fato é que a juventude pobre vem sendo mutilada. A reivindicação que defende as condições de existência da juventude é a que combina o trabalho com os estudos. Nenhum jovem sem trabalho. Nenhum trabalho que tenha uma jornada e um salário que impossibilitem os estudos. Nossa defesa: 4 horas na produção e o restante dedicado aos estudos e ao lazer.

4. A luta pela independência dos sindicatos e da UNE se expressa no combate à colaboração de classe e à estatização dos organismos dos trabalhadores e dos estudantes. Para isso, é fundamental a inserção do programa do proletariado no seio da juventude e dos trabalhadores da educação.

5. O programa da educação é parte do programa da classe operária para pôr fim à exploração do trabalho e a implantação da sociedade socialista. Defendemos a concepção marxista da educação, que é a escola vinculada à produção social. A escola capitalista reflete a divisão social do trabalho, a separação entre a teoria e a prática. Por isso, o ensino nessa escola é mecânico, anticientífico e memorístico. Trata-se de uma escola decadente, expressão do esgotamento do capitalismo. O programa do proletariado para a escola estabelece o vínculo da educação com a produção social e objetiva superar a separação entre a teoria e a prática.

6. O objetivo estratégico da Corrente Proletária/POR para a educação é o de destruir a escola de classe. A escola faz parte da superestrutura e está, em última instância, condicionada pela infra-estrutura. Reflete as contradições da base material da sociedade. Por isso, não há como se resolver os problemas essenciais da educação na atual época de desintegração do sistema capitalista sem se transformar a base econômica. Uma nova escola em que toda população tenha acesso a todos os níveis de ensino, em que o conhecimento se realize vinculado à produção social e em que a liberdade de pensamento seja assegurada coletivamente será produto de uma nova sociedade. Somente a libertação das forças produtivas das relações de produção capitalistas permitirá substituir a velha escola pela escola social.

Por um Congresso da UNE democrático, independente do Estado e dos governos, soberano e representativo das bases, voltado para luta. Para decidir a participação no Coneg e a organização da luta pelas reivindicações:

Assembléias gerais dos estudantes em todas as universidades

A UNE convocou um Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) para os próximos dias 21 e 22 de março. O Coneg reúne representantes dos DCEs de todo o país. Será esse Coneg que convocará o 51º Congresso Nacional da UNE.

Temos visto que os congressos da UNE são ultra-burocráticos, manipulados pela direção estalinista do PCdoB, governistas e inócuos para as reais necessidades da mobilização estudantil. Nos últimos dois anos, várias ocupações de reitorias e greves estudantis, a maioria delas contra o Reuni do governo Lula, se mantiveram dispersas e fragmentadas, pois a direção da UNE jamais se colocou ao lado dos estudantes contra a política do governo que apóia e sustenta. Ao contrário, a direção da UNE tem atuado como porta-voz do governo junto aos estudantes, defendendo todos os pontos da política educacional governista: a Reforma Universitária privatista e destruidora do ensino público; o ProUni, que subsidia o ensino particular; a política de cotas, que, por trás de um discurso de igualdade racial, mantém a exclusão da imensa maioria da juventude ao ensino superior; o Reuni, que amplia o intervencionismo do Estado na universidade; as chamadas leis de inovação tecnológica, que privatizam ensino e pesquisa; o ensino a distância, destruidor do ensino presencial.

O movimento estudantil necessita de uma organização nacional que sirva para unificar suas lutas e movimentos em defesa de suas reivindicações, para ganhar a força necessária para enfrentar o governo, os capitalistas do ensino e seus lacaios no interior da universidade (reitorias, burocracia universitária). Uma organização democrática, onde as correntes de pensamento dos estudantes possam se expressar e defender suas propostas e posições e submetê-las a livre decisão da maioria. Uma organização independente dos governos e partidos da burguesia, que expresse as reivindicações mais sentidas dos estudantes. Uma organização enraizada nas bases e submetida às decisões dos estudantes em suas instâncias de deliberação. Uma organização voltada à mobilização, à luta pelas reivindicações dos estudantes. Uma organização que trabalhe pela unidade com os demais setores da universidade e principalmente pela unidade com os movimentos sociais, em primeiro lugar com o do proletariado.

A UNE tem sido o avesso de tudo isso. A causa é sua direção política, que está nas mãos do estalinismo (PCdoB), e que exerce o controle da entidade de forma burocrática, antidemocrática.

Não devemos confundir a direção com a organização. A UNE pertence a todos os estudantes, mas a direção a torna burocrática, governista e distanciada das bases. Sem dúvida, a atual direção exerce influência sobre grande parte do movimento estudantil. Essa influência vem do controle burocrático da entidade, erguido sobre o controle aparelhista dos DCEs e CAs; da prática da política culturalista, de estímulo ao individualismo e de colaboração com o governo e os capitalistas da educação.

Por outro lado, é importante destacar a incipiência de uma oposição que de fato seja o avessa à política do estalinismo: uma oposição que se construa sobre a base de um programa de luta e defesa das reivindicações, através do método da mobilização coletiva e unitária dos estudantes, de combate aos governos e aos capitalistas do ensino, que politize os

estudantes, que ligue as reivindicações mais imediatas às mais gerais, e se lance à luta pela transformação revolucionária da sociedade, pela revolução proletária, socialista.

Um retrocesso na luta contra a atual direção da UNE ocorreu por conta da cisão promovida pelo PSTU e outras correntes, que deixaram a UNE e se colocaram pela construção de uma nova entidade. Com isso, enfraqueceram a já débil oposição e fortaleceram o controle burocrático do PCdoB. Essa divisão também levou à perda de importantes posições conquistadas no passado pela oposição no interior do movimento estudantil.

A Corrente Proletária Estudantil/POR se opôs à divisão da UNE e defendeu a luta pela construção de uma fração de oposição revolucionária para combater a atual direção da UNE. A Conlute poderia cumprir a tarefa de uma frente oposicionista, atuando por dentro e por fora da UNE. Mas a maioria das correntes na Conlute tem se colocado pela ruptura, sem levar em consideração que não há um movimento nas bases (a não ser de uma vanguarda) que se coloque por essa cisão. E a imensa maioria dos estudantes e suas organizações de base se mantêm sob o controle da UNE.

Há importantes DCEs sob controle do PSTU, como, por exemplo, o da USP. Qual será a posição tomada por essas direções em relação ao Coneg convocado? É um erro boicotar a convocatória do Coneg e deixar a tirada de delegados nas mãos do estalinismo/ petismo. A grande maioria dos DCEs do país vai comparecer ao Coneg da UNE. As correntes que se organizam na Conlute devem atuar nesse processo, não devem deixar a maioria das organizações gerais dos estudantes sob controle do PCdoB. A luta a partir das bases pela indicação de delegados representantes que expressem o combate à atual direção e sua política, e a defesa de um Congresso da UNE democrático, independente do Estado e dos governos, soberano e representativo das bases, voltado para luta, Congresso que não pode ser levado adiante pela atual direção. Será somente com uma grande mobilização nacional dos estudantes ao redor das reivindicações gerais que se colocará a destruição da atual direção burocrática, construção de um Congresso democrático, independente e de luta e recuperação da UNE como organização geral estudantil.

O primeiro passo nesse sentido é a convocação imediata de assembléias gerais dos estudantes em todas as universidades, que discuta a participação no Coneg e a organização da luta pelas reivindicações. Qualquer que seja a posição da direção dos DCEs, deve ser submetida às bases, que devem decidir soberanamente sobre a participação no Coneg e quem deve representar cada DCE.

Chamado aos estudantes

A Corrente Proletária chama os estudantes a exigirem do Coneg a convocação do 51º Congresso da UNE baseado na eleição de delegados em assembléias, amplamente convocadas; a exigirem que a representação dos DCEs e CAs no Coneg seja aprovada em assembléias, amplamente convocadas; a exigirem que a delegação expresse a vontade das assembléias de que o 51º Congresso seja de fato representativo das bases, independente do governo e de organização da luta nacional dos estudantes.

Explodem greves na educação do RN

No RN, o governo Vilma (PSB/PT/PCdoB) já apresentou suas propostas para “livrar o Estado da crise”: aumento de subsídios para os empresários, mais isenção de impostos, tudo com a justificativa de que com isso está garantindo o emprego. Tudo uma farsa! Pois com toda essa “ajuda”, os patrões continuam demitindo.

Na educação, o governo vem reduzindo ao longo dos anos os investimentos. Continua a política de fechamento de salas, superlotação, terceirização, enfim, medidas que só aprofundam a crise instalada nas escolas do RN.

O ataque dos governos federal, estadual e municipal é violento e unificado. As medidas neoliberais (PDE, FUNDEB, PAC da educação, etc) aplicadas na educação pública vieram no sentido de atender à mercantilização da educação. A educação pública entrou em colapso.

O Piso Salarial criou expectativa em grande parte dos trabalhadores em educação, mas logo esta se transformou em desilusão: os governos resistem em pagar a miséria de R\$ 950,00. Junto a isso, a insatisfação dos trabalhadores com anos de arrocho salarial levou a categoria da rede estadual e municipal de Natal a decretar greve desde o último dia 02 de março. Em seguida outros municípios também paralisaram suas atividades, a exemplo de São Gonçalo, Ceará-Mirim e Mossoró.

A luta do movimento grevista no RN é uma luta de resistência em defesa da educação pública. Neste quadro de luta, é preciso que a categoria faça uma reflexão diante dos acontecimentos do ano passado. Não tivemos greves nem na rede estadual e nem na rede municipal.

Calourada na UEL: politização e rearticulação do movimento estudantil

De 09 a 13 de março aconteceu na Universidade Estadual de Londrina uma semana de recepção de calouros cujo principal objetivo foi rearticular o movimento estudantil e prepará-lo para as lutas de 2009. A iniciativa partiu do grupo que se articulou a partir do curso de formação política da corrente proletária na educação e organizou uma tese para disputar o Congresso do DCE. A organização contou com o apoio de seis Centros Acadêmicos.

A antiga diretoria do DCE (Psol e PSTU) deixou a entidade sem encaminhar as eleições, além de ter inviabilizado a realização do Congresso, em novembro. Apesar disto, houve engajamento de estudantes e centros acadêmicos para a elaboração de um jornal e debates com temas como: autonomia e poder; o impacto da crise mundial; repressão e criminalização dos movimentos sociais; reforma universitária; educação a distância; organização nacional dos estudantes (UNE e Conlute); e passe livre e lutas em relação ao transporte.

O debate sobre a crise mundial contou com a participação de estudantes dos cursinhos populares da zona norte e zona sul de Londrina. Estes jovens, em sua maioria trabalhadores, junto com os calouros puderam debater com um companheiro do POR e outro do PSTU, analisando suas leituras e saídas para a crise. Nossa intervenção centrou-se na explicação de que as crises são inerentes ao sistema capitalista, sendo esta uma crise própria da etapa imperialista, dos monopólios e domínio do capital financeiro. Além de alertar que os trabalhadores e juventude devem esperar o pior e se organizarem, fizemos a defesa da unidade destes (contra a cisão das organizações de massa) e do programa de transição para enfrentar

Qual teria sido o motivo de tamanha paralisia? Teriam os educadores obtido conquistas? Qual o milagre que fez a categoria não lutar? Enquanto os trabalhadores em educação sofriam ataques e mais ataques nos seus direitos, a direção do Sinte/RN (PT/PCdoB) andava de mãos dadas com os nossos maiores inimigos (Garibaldi/PMDB, Vilma e Carlos Eduardo/PSB) para eleger a senhora Fátima Bezerra/PT, ex-dirigente do Sinte, a prefeita de Natal. Como pode então esta direção defender os interesses dos educadores?

Diante disso, a categoria, em assembléia, elegeu um comando de negociação onde todos da oposição foram eleitos em detrimento dos nomes propostos pela direção. Após uma manobra da direção, ficou como comando todos que se propuseram. Manobra para que a direção não ficasse tão desmoralizada.

A Corrente Proletária defendeu o reajuste salarial e o salário mínimo vital, em vez de Piso de 950,00, como era a proposta da direção e do comando de greve unificado.

Como os trabalhadores não aprovavam os 950,00 a direção apresentou os seguintes eixos: reajuste salarial de 34%, pagamento das promoções vertical e horizontal, Plano de Cargos para os funcionários.

Como se vê, os trabalhadores enfrentaram a direção do sindicato que há anos vem desmobilizando a categoria. No entanto, é preciso que a luta seja dirigida pelos trabalhadores, não confiando nas manobras da direção aliada aos governos.

as saídas da burguesia. Em vez de destruição de forças produtivas, em particular dos postos de trabalho e das saídas bélicas, defendemos a escala móvel de trabalho. Diante dos acordos de redução de salários e de direitos, levantamos a bandeira de salário mínimo vital.

Na mesa sobre autonomia e poder defendemos nosso programa de eleição direta, com voto universal, para a reitoria, além de soberania da assembléia universitária e poder estudantil. Também foi desenvolvida a defesa da autonomia da universidade em relação ao Estado e a necessidade de enfrentamento à burocracia universitária. Nas mesas sobre reforma universitária e educação a distância o foco foi na mercantilização da educação, que deve ser enfrentada com a estatização de toda a rede particular de ensino.

O debate sobre a organização nacional dos estudantes foi dificultado, pois o Psol e PSTU, que dividiram a mesa conosco, por conta das indefinições de suas políticas não fizeram uma defesa clara de suas propostas. O PSTU veio com a história de que o mais importante é construir o Congresso Nacional dos Estudantes. A Corrente Proletária na Educação apresentou os problemas concretos da organização estudantil, assim como as raízes da burocratização e estatização da UNE. Defendemos a unidade e o fortalecimento da fração revolucionária no interior da entidade para varrer a burocracia reformista e estalinista e colocar os estudantes sob a direção do programa do proletariado.

A semana foi finalizada com uma assembléia que deu início à reorganização do movimento, definindo o calendário eleitoral, pois o DCE está sem direção, e rearticulando as lutas.

Rio Grande do Norte

Onde está a campanha salarial de 2009?

A direção da ADUERN (PT/PCdoB) não vai convocar a categoria para a campanha salarial de 2009. Os diretores raciocinam que fizeram um acordo com o governo de Vilma (PSB/PMDB/PT/PCdoB) de aumento de salário parcelado a perder de vista, até 2010, e por isso o sindicato está impedido de encampar qualquer demanda frente ao governo durante este período.

Evidentemente, somente uma direção pró-governo é que pode raciocinar assim. Não há relação alguma. Fizemos um acordo com o governo em relação ao nosso Plano de Cargos e Salário. Isto não significa que toda a demanda posterior não pode ser realizada devido a acordos anteriores. Os acordos são independentes entre si. A não ser que tenha havido um compromisso político da direção com Vilma (PSB) para segurar a categoria enquanto vigorar o acordo. Mas isso a categoria não autorizou.

A crise econômica do capitalismo está chegando ao Brasil. O custo de vida tende a subir, as tarifas de transporte, água e luz tendem a aumentar, o salário mínimo teve um reajuste, enfim, nós não podemos ficar sem nenhuma atualização. É preciso encampar a luta contra a defasagem salarial diante da

Rondônia

LUTA UNIFICADA para enfrentar as medidas governamentais

No dia 05/03, a burocracia do Sintero convocou os trabalhadores de educação estadual para um dia de paralisação. Tinha o objetivo de reivindicar do governo Cassol o cumprimento da pauta de reivindicação de 2009 (reposição salarial) e a lei do Piso Salarial Nacional. O ato ocorreu em frente à Assembleia Legislativa.

Enfrentar o governo com a unidade de todos os trabalhadores

Os trabalhadores em educação do estado de Rondônia têm motivos de sobra para paralisar as atividades e ganhar as ruas. A situação de crise, o aumento do desemprego e a queda de investimentos na educação pública atingem a maioria explorada, da qual fazem parte os pais, os alunos e os trabalhadores do ensino. A unidade dos explorados é fundamental para poder impor as reivindicações de defesa da vida e das condições de trabalho e ensino. Não podemos nos enganar com os discursos dos governantes, entre eles o de Lula, de que a crise é passageira e que o Brasil tem condições de superá-la.

Rejeitar qualquer negociação que não esteja sob o controle da base

É preciso que os trabalhadores rejeitem a negociação realizada por uma comissão entre quatro paredes. Exijam que a negociação da pauta de reivindicações seja feita com a presença de representantes da base, eleitos em assembleia.

Um dos pontos dessa pauta é a Lei do Piso. Trata-se de uma miséria que sequer vem sendo cumprida pelos governos. A **Corrente Proletária da Educação** vem denunciando a farsa dessa Lei, porque não garante as condições mínimas de sobrevivência de nenhum professor. Ao mesmo tempo, exige que os sindicat-

crise do capitalismo, do contrário, quando for em 2010 nossos salários estarão valendo bem menos!

Isso referindo-se aos salários. Porque, se tratarmos das condições de trabalho, fica evidente que há muito o que reivindicar.

Pode a reivindicação prejudicar o acordo anterior com o governo? Ora, é o governo que tentará vincular uma coisa com a outra como forma de retaliar o movimento. Cabe a nós mostrarmos a ele que são processos diferentes. Faz parte do processo de luta a conquista da pauta de reivindicação e contra as retaliações possíveis do governo.

Agora, depois de ter chegado ao governo, PT e PCdoB perderam o ímpeto pela luta, podendo agora esperar que a oligarquia potiguar realize as reivindicações dos trabalhadores pacificamente.

É preciso exigir da direção da ADUERN a convocação da assembleia para discutir a campanha salarial de 2009. A direção não tem o direito de nos vetar essa decisão. Ela deve ser coletiva e não unilateral, pela direção.

CORRENTE PROLETÁRIA UNIVERSITÁRIA/POR

tos convoquem assembleias massivas para que os trabalhadores possam de fato opinar sobre a Lei do Piso. Por outro lado, faz campanha em defesa do salário mínimo vital (piso nacional) para todos os trabalhadores. O valor desse piso deve ser aprovado nas assembleias, Em nossos cálculos, o piso deve ser de R\$2.750,00.

As assembleias devem também aprovar a reposição imediata das perdas salariais e a escala móvel de reajuste.

A unidade dos trabalhadores da educação

O patrões e governos sempre justificam que não podem dar reajustes salariais. Cassol tem mostrado sua tirania de patrão. A intransigência desses capitalistas deve ser respondida com a unidade na ação. A divisão dos explorados só favorece os que estão no poder e a classe que o sustenta. Para isso, é fundamental exigir das direções sindicais e estudantis a convocação de assembleias e aprovação de um plano de luta para arrancar as reivindicações. É preciso tirar das mãos dos burocratas o poder de decisão sobre o movimento social.

Também é preciso dizer que a falta de compreensão de parte dos trabalhadores só vem ajudando as direções em sua política conciliadora com a classe capitalista e seus governos. A fragmentação e o corporativismo são táticas da burocracia para não enfrentar os governos com os trabalhadores na rua. É fundamental a participação nas assembleias, a organização nos locais de trabalho e a assimilação do programa da classe operária para a educação.

Nesse sentido, a **Corrente Proletária da Educação** conclama a todos a rechaçar a conciliação de classe e cobrar das direções sindicais a luta pelas reivindicações próprias dos trabalhadores.

Nesta edição:

- Governo com problemas, vítima da sua própria demagogia
- Débâcle no Governo, o Começo do Fim do M.A.S.

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Governo com problemas, vítima da sua própria demagogia Ramon

O problema da opressão dos povos indígenas é um dos grandes problemas não resolvidos no país.

As nações indígenas oprimidas pela nação branquela, herdeira dos colonizadores espanhóis, estão indissolivelmente ligadas à classe camponesa minifundiária, presas à pequena parcela de terras pouco produtiva e às formas de produção pré-capitalistas, vivem em condições de atraso tecnológico e cultural. Para se libertarem, essas nações têm de resolver suas condições de vida tão precárias, ou seja, resolver o problema de sua opressão como classe camponesa pequeno-proprietária. Em outras palavras, resolver o problema da terra.

O governo do M.A.S., demagogicamente, se apresenta como indígena; e o governo pretende “libertar” as nações indígenas oprimidas com uma simples medida jurídica, declarando constitucionalmente que a Bolívia é um Estado de “direito plurinacional comunitário”, mas sem tocar em nada na estrutura econômica sobre a qual se assentam todas as formas de opressão de classe e nacional.

Portanto, a posição indigenista do M.A.S. é pura hipocrisia.

Atualmente, o movimento camponês indígena é majoritariamente composto de pequenos-proprietários. A pequena propriedade agrária é a forma de propriedade dominante no campo, superior às

propriedades comunitárias. Ainda assim, as atuais comunidades camponesas conservam as práticas e costumes dos ayllus (forma de comunidade familiar andina). Durante o Império Inca, os ayllus eram responsáveis por certa quantidade de terra que exploravam comunitariamente para a sua subsistência. Eles também tinham obrigação de trabalhar para o Inca e para o Deus Sol. Além disso, os ayllus deviam de prover trabalho livre para trabalhar nas minas e nas obras públicas (mita).

As comunidades camponesas praticam de fato o autogoverno. A comunidade se intromete, controla e decide sobre muitos aspectos da vida dos seus membros: resolve problemas internos da família, heranças, problemas de produção, pune aqueles que violam as normas de conduta, às quais os seus membros devem cumprir etc.

É neste âmbito que a comunidade de Sank’ajawira - de onde Victor Hugo Cárdenas vem - e outras comunidades vizinhas ao Lago Titicaca decidiram expulsar o peão de Goni da comunidade e expropriar sua casa para dar-lhe algum uso de benefício comum, por ser considerado um traidor de sua classe e ter defendido o voto contra a “nova” Constituição.

Trata-se da ação própria da Justiça Comunitária que deveria estar vigente, reconhecida pela “nova” Constituição do Estado Plurinacional, por-

tanto, legal e democrática, já que a determinação foi tomada pela comunidade, isto é, o resultado da vontade coletiva.

O governo parece boneco e não sabe o que fazer com o problema, a ONU e a embaixada da França se pronunciaram condenando os camponeses. A oposição tem gritado aos ventos. E o governo, para não ter nenhuma responsabilidade, afirma que Cardenas é o único responsável por ter traído o seu povo, mas, igualmente, repudia e condena a ação da comunidade, e levará à justiça os instigadores do ato.

Com isso, manda ao diabo sua demagogia com relação à justiça comunitária, à cosmovisão andino-amazônica etc.

O governo impostor é obrigado a demonstrar ao mundo e à oligarquia nativa que sabe fazer ser respeitado o direito à propriedade privada. Nesse caso, o imóvel dos Cardenas.

Esta é apenas uma prévia do problema que pode acontecer quando regiões, departamentos, comunidades indígenas, etc. pretenderem implementar as autonomias e o localismo típicos de uma estrutura econômica atrasada, disforme e desarticulada, os levantes.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2119, de 13/03/2009)

Débâcle no Governo, o Começo do Fim do M.A.S.

As massas de explorados que se iludiram com o governo Evo Morales pela sua condição indígena-camponesa, agora, uns assombrados e outros indignados comprovam aquilo que o POR assinou antes de Evo Morales chegar ao poder: o M.A.S. e seu caudilho indígena, politicamente, são apenas uma variante reformista da política burguesa. Portanto, impostores vulgares.

Evo Morales e o M.A.S. sempre foram identificados por sua submissão à ordem social burguesa e à sagrada propriedade privada dos ricos. Evo Morales se orgulha de ser o freio que impediu que o descontentamento popular se transformasse em situação revolucionária de confronto entre “bolivianos”, ou seja, entre explorados e exploradores.

O saco de gatos que é o M.A.S. formado por oportunistas, “esquerdistas” pró-burgueses e indi-

genistas sedentos de poder, já começou a mostrar toda sua miséria moral em meio aos escândalos de corrupção. A demagogia do MAS começa a aparecer na cara. Um par de exemplos da semana:

* Para demonstrar ao mundo e aos oligarcas nativos que a propriedade privada está plenamente garantida, sancionará aos camponeses comunais que, na aplicação de sua própria justiça comunitária, agora reconhecida constitucionalmente, decidiu expulsar Victor Hugo Cárdenas (o serviçal de Goni Sanchez de Lozada) da comunidade a que pertence e dispor sua casa para alguma utilidade que beneficie a comunidade.

* Para demonstrar ao mundo e ao imperialismo ianque sua submissão à política imperialista de luta contra os produtores de coca, iniciou a erradicação de 10.000 ha., em Asunta, “acordada” com

os Yungas, impondo-a pro meio dos dirigentes do MAS contra a vontade dos camponeses.

A demagogia tem pernas curtas. Em tão pouco tempo, o MAS começa a se desmoronar e importantes setores das massas perdem as ilusões.

O processo de diferenciação das massas exploradas com relação ao MAS necessita retomar a tradição de luta do povo oprimidos, sob a direção dos trabalhadores para sepultar a ordem burguesa e dar nascimento a uma nova sociedade sem explorados nem exploradores.

O P.O.R. encarna a política revolucionária do proletariado, só o seu fortalecimento poderá abrir as portas para a perspectiva revolucionária.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2119 de 13/03/2009)